

RADIS



Em tempos de intervenção militar,
a favela resiste e persiste na luta por direitos

Direitos para TODOS os humanos

Guia editado pelo coletivo Intervozes orienta cobertura jornalística responsável sobre direitos humanos

Adriano De Lavour

“**Q**uantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” A frase premonitória, postada em uma rede social pela vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), um dia antes de ser assassinada, ao lado do motorista Anderson Pedro Gomes, dia 14 de março, no Centro do Rio de Janeiro, denunciava um episódio de violência e a truculência policial na comunidade de Acari, zona norte carioca — e aponta como pode ser perigosa a vida de ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Mesmo que a investigação em curso não tenha concluído ligação efetiva entre a morte de Marielle e a sua atuação nesta área, está comprovado que o país é um dos quatro líderes globais em homicídios de ativistas, ao lado de Colômbia, Filipinas e México, de acordo com relatórios publicados em 2017 por Anistia Internacional, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela ONG Front Line.

Somente em 2017, foram registrados no Brasil 49 casos de ataques contra ativistas — 43 mortes, quase todas relacionadas a disputas ambientais, por terras indígenas ou mineração, além de três casos de intimidação e outras três de espancamento, segundo números divulgados pela organização inglesa Business & Human Rights Resource Center, também em março.

Somam-se ao número de ameaças e ataques o desconhecimento de muitas pessoas sobre o assunto e o uso irrefletido das redes sociais, que têm sido frequentemente usadas como veículos para a disseminação de teorias infundadas — como a que sustenta que direitos humanos existem para defender bandidos, por exemplo — e de acusações levianas que colocam em risco a reputação (e, muitas vezes até a vida) de ativistas, fatores que contribuem para a formação de um cenário favorável ao crescimento de ações violentas e de intolerância.

Neste contexto, recobra sua atualidade o “Guia Mídia e Direitos Humanos”, produzido em 2014 pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, em convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que reúne informações sobre os direitos humanos de mulheres, população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT), negras e negros, crianças e adolescentes, população idosa e pessoas com deficiência, e adverte para o papel central dos meios de comunicação na valorização dos direitos destes segmentos, além de orientar a produção para a cobertura ética e responsável sobre temas relativos aos direitos humanos.

O guia foi formulado a partir da compreensão da mídia como espaço público fundamental de formação de imaginários, representações, hierarquias e identidades, e nas consequentes responsabilidades

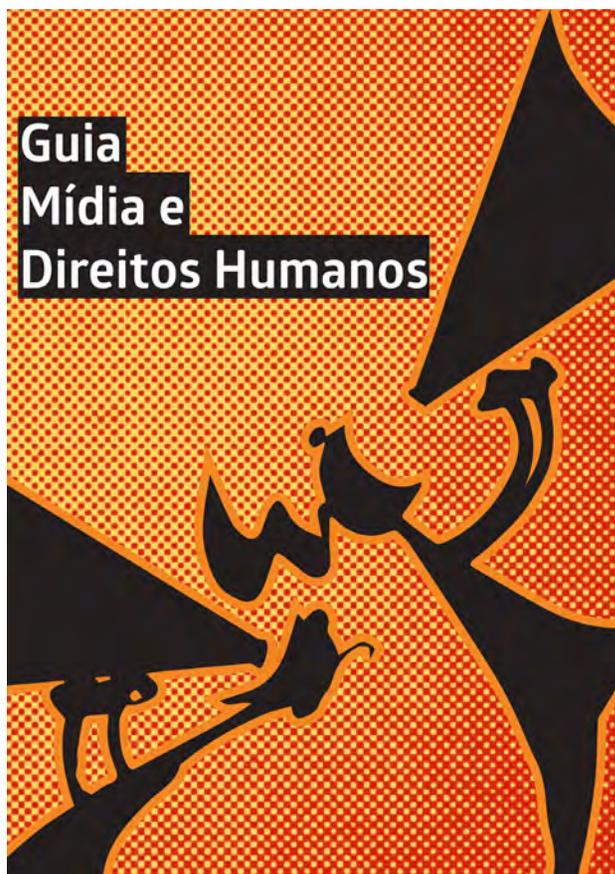
e compromisso de comunicadores com a veiculação de conteúdos, no sentido de evitar “a omissão, o desrespeito, a construção de estereótipos, o machismo, o sexismo, o racismo, a homofobia, a exposição, a mercantilização e a criminalização de mulheres, negras e negros, LGBTs, indígenas, crianças e adolescentes, idosas e idosos e pessoas com deficiência”, ações que caminham na contramão da construção de uma cultura de respeito à diversidade humana.

Dividido em oito eixos, o guia parte de um breve histórico das lutas e acúmulos políticos sobre o tema, para situar os marcos legais e tirar dúvidas frequentes sobre questões que podem surgir no momento da produção das notícias, além de promover a reflexão sobre o enquadramento midiático dos temas e propor “boas práticas em comunicação”, com exemplos de experiências de respeito aos direitos humanos na mídia. Também estão no material datas comemorativas ou alusivas à organização dos movimentos sociais em defesa do tema, assim como um glossário e um guia de fontes — que podem ser usadas por profissionais de comunicação e pelo público em geral. 

SAIBA MAIS

Guia Mídia e Direitos Humanos (baixar)

<https://goo.gl/oYXHei>



Vidas e direitos importam

A no de 2018. Aqui na terra estão jogando o futebol da Fifa na Rússia e a apatia nacional será esquentada com jingle em ritmo de festa junina pelo monopólio de transmissão na TV. Ainda há samba, mas num minúsculo bar em que ele soa desde 1968, em Copacabana, houve quem se sentisse autorizado a interrompê-lo de arma na mão. Parte do *rock and roll* “encareceu de vez”. Chico Buarque (autor, com Francis Hime, da canção “Meu caro amigo”, de 1976, aludida neste parágrafo) já não é unanimidade no país e o que ele representa é alvo de ataques obscuros em redes sociais digitais. Nas universidades, professores são perseguidos e calados. Nas instituições de pesquisa, projetos relevantes são interrompidos e pesquisadores dispensados. Movimentos sociais são criminalizados e lideranças são assassinadas no campo e nas cidades. Por todo lado, irrompem dos ovos as serpentes, entre farsas e tragédias.

Não por acaso, os fóruns da saúde coletiva retomam de 1965 o brado “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar”, do poeta Thiago de Mello. No estado da Paraíba, após o banimento seguido de reclusão por 50 anos, ressurgem na voz do compositor Geraldo Vandré o hino “Para não dizer que não falei das flores”. Parece coisa do passado. Mas não. É uma realidade nova, complexa e em transformação, a ser compreendida à luz da história e enfrentada, sob a inspiração da defesa dos direitos humanos, princípios igualitários e utopias libertárias.

Mantendo o compromisso de 36 anos ao lado da saúde e da democracia, a redação de *Radis* coloca mais esta revista na internet, nas ruas, escolas, unidades de saúde... mais de 110 mil exemplares enviados para pessoas e instituições que constroem o SUS no campo e em todas as cidades do país.

Sob o signo da “guerra às drogas”, criticada e apontada por inúmeros especialistas

em segurança pública e pesquisadores da saúde e de outros campos sociais como ineficaz e geradora de mais violência, as favelas cariocas seguem sob as regras de exceção das botas militares estaduais e federais, ao lado do controle territorial e códigos bárbaros do crime organizado do tráfico ou das milícias. Em meio à violência, desaparecem os direitos na favela, segue o genocídio dos jovens negros e pobres, perdem-se vidas de todos os lados.

Uma das mais autênticas vozes contra essa violência, preocupada com a vida da população e dos agentes do Estado e crítica à intervenção militar, a socióloga Marielle Franco, criada na favela da Maré e eleita vereadora do Rio de Janeiro com a bandeira do respeito a todos os direitos humanos, foi brutalmente executada na noite de 14 de março, dias após denunciar casos de violência policial. A esta guerreira dedicamos nossa matéria de capa, que estava sendo apurada naquele momento, nas favelas do Rio.

Nesta reportagem, Luiz Felipe Stevanim nos mostra uma pulsante vida cultural nas favelas, que a violência diária insiste mas não consegue apagar. Jovens nascidos e criados nesses territórios dedicam seu talento na poesia, publicidade, arte de colorir paredes e nas mais diversas formas de criação musical para desconstruir a ideia de favela apenas como “área de risco” e “espaço do crime” e lutar para que as comunidades tenham acesso a educação, saúde, cultura, moradia, transporte, ao direito de viver, relata Luiz. Muitos desses jovens dedicam também a sua formação profissional e acadêmica para lutar contra estigmas e preconceitos e abrir caminho nas universidades para os mais novos. A favela simbólica ou concreta resiste criativa e vive rica em transformações, humanidade e solidariedade.

Rogério Lannes Rocha

Editor chefe e coordenador do Programa Radis

Expressões e Experiências

- Direitos para todos os humanos 2

Editorial

- Vidas e direitos importam 3

Voz do leitor

4

Súmula

5

Toques da Redação

9

Personagem

- A história se repete 10

Aborto

- A letra da lei e a vida das mulheres 12



Capa | Favela

- Nossas vidas importam 14
- Entrevista | Jailson de Souza e Silva: “Sou favelado com orgulho” 22
- Vidas que não importam? 24



Tuberculose

- Atenção total 28

Febre amarela

- O que há de novo no front 32

Serviço

34

Pós-Tudo

- Marielle presente 35

Capa: grafite de Thiago Taif e Diego Azeredo, em foto de Eduardo de Oliveira

CARTUM



RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Sociedade que adocece

Sobre a notícia "Rivotril e seus semelhantes matam mais do que cocaína e heroína (Folha 1, 14/3), eu acredito que o olhar para os usuários de drogas legais ou ilegais deve ser sempre ampliado. Acho que o contexto que leva alguém a usar drogas como essas o adocece e mata a longo prazo talvez tanto quanto essas drogas. Que sociedade é essa que vivemos que cada vez mais pessoas necessitam usar drogas para se adaptar? Competição, disputas de todo tipo, desigualdades imensas, corrupção, preconceito, violência física e psicológica, um distanciamento cada vez maior entre os seres humanos e busca e cobrança por status, carreira, dinheiro — ou até mesmo pela sobrevivência — realmente desestabiliza qualquer indivíduo que não esteja preparado psicologicamente. O nível de tensão das pessoas que conheço é alto o tempo todo, chega a ser desumano. Vemos, por exemplo, nas faculdades ou ambientes de trabalho inúmeros estudantes/profissionais da área da saúde tomarem remédios

para aguentar a própria falta do olhar humanizado nas relações de trabalho, em ambientes inadequados que adoecem; pessoas adoecendo durante suas teses de mestrado/doutorado, trabalhando em bancos ou como advogados, enquanto estudam para o vestibular, ou mesmo dentro de casa, porque as relações familiares são difíceis. A carga está alta para todo mundo e isso está nos levando a recorrer a drogas ou adoecer, seja pela má alimentação, sedentarismo, doenças cardiovasculares... Estamos tentando nos adaptar a realidades cada vez mais desumanas. Precisamos olhar para a sociedade que estamos construindo e achar o que nos leva a fugir cada vez mais. As drogas matam, mas eu acho que a sociedade que estamos construindo também está nos matando.

• Luana Rosa, Campos do Jordão, SP

R: Luana, muito obrigado por sua contribuição! Ela nos alerta sobre a importância de se levar em consideração os contextos e as complexidades que acompanham as notícias sobre saúde.

Radis agradece

Sou assinante e leitor assíduo da Radis, mas nunca tinha parado para parabenizar a todos e todas que contribuem para fazê-la e, para trazer aos seus leitores matérias, reflexões e contribuições tão pertinentes e coerentes com um modelo de sociedade baseado na justiça social e no bem comum. O trabalho que vocês prestam à sociedade brasileira é incomensurável, visto a hegemonia e predominância de revistas e outras mídias que têm como foco e/ou preocupações os interesses do mercado e/ou capital. Sou graduado e mestre em psicologia pela UFAL, atuo como redutor de danos/agente de Ação Social no Consultório na Rua de Maceió, e a leitura da revista contribui bastante para minha formação e prática profissional. Recomendo a leitura da Radis aos colegas de trabalho e universidade. Obrigado por prezarem e fazerem um material que caminha lado a lado na luta pelos direitos da população e por políticas públicas de saúde. AbraSUS!

• Adriano Roberto Alves da Silva, Maceió, AL

R: Estamos todos juntos, Adriano! Nosso lado é o SUS!

Diário da emergência

Sou enfermeiro emergencista do Samu e queria sugerir como sugestão de pauta a luta diária dos profissionais do atendimento pré-hospitalar. A precariedade das estradas do Brasil e a falta de ética de algumas pessoas que registram fotos dos pacientes no momento das ocorrências são algumas das dificuldades de nosso trabalho.

• Renan Galdino do Monte, Itapipoca, CE

R: Renan, sua sugestão foi anotada e será, em breve, contemplada na pauta da Radis. Aguarde!

Violação de direitos

Em 2015, sugeri para a presidência do Senado e para a presidência da Câmara dos Deputados que formulassem uma lei, que respondesse por crime hediondo quem ameaçar ou cometer crimes contra a imprensa e seus familiares. Só a liberdade pode permitir que exista democracia. Sem democracia não existem direitos humanos. Muitas vezes os órgãos que deveriam ser defensores da imprensa violam de maneira muito clara o direito à liberdade de expressão. Por eu ser ativista dos direitos humanos, tenho sofrido muitas perseguições.

• Cláudio Dias Santiago, presidente do Sindicato da Agricultura Familiar, Maracás, BA

R: Cláudio, Radis corrobora sua opinião: sem liberdade e sem democracia, não há saúde! Um grande abraço.

Geografia e saúde

Acompanho todas as publicações da Radis, e gostaria de sugerir que fizessem uma matéria sobre a importância da geografia da saúde para um olhar holístico dos problemas de saúde no Brasil, levando aos contrastes sociais, assim como a revista sempre tem nos mostrado, porém partindo de um olhar geográfico.

• Patrike Machado Barbosa, Oeiras, PI

R: Patrike, a compreensão do espaço é fundamental para que se encontrem soluções para os problemas de saúde. Sugerimos que leia na edição 138 a matéria "Toda a atenção ao território". Vamos tentar aprofundar este olhar da geografia. Obrigado pela dica!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Nísia Trindade Lima**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador da Radis

Rogério Lannes Rocha

Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**

Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),

Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe

Stevanim e Ana Cláudia Peres

Arte **Carolina Niemeyer e Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira e Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas e Natalia Calzavara**
Estágio supervisionado **Ana Luiza Santos da Silva**

Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro) Periodicidade **mensal**

Tiragem **111.600** exemplares

Impressão **Rotaplan**

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas)

Tel. (21) 3882-9118

E-mail **radis@ensp.fiocruz.br**

Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos,

Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)



[flickr/RadisComunicacaoeSaude](https://www.flickr.com/photos/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista Radis pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz





FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DISCUTE RESISTÊNCIA POPULAR E DEFESA DA DEMOCRACIA

Com o tema “Povos, Territórios e Movimentos em Resistência”, o Fórum Social Mundial (FSM) 2018 debateu, em Salvador (entre 13 e 17 de março), o futuro da democracia no Brasil e no mundo. A defesa dos direitos foi a tônica central das discussões, distribuídas em 19 eixos temáticos e cerca de 1.300 atividades autogestionadas; ao todo, foram mais de 1.500 coletivos e organizações cadastradas e cerca de 50 mil participantes de 160 países, de acordo com os organizadores. O slogan “Resistir é criar, resistir é transformar” apontava para o contexto de crise da democracia, no qual “os sonhos da humanidade hoje se defrontam com os fundamentalismos das guerras e xenofobias e dos sistemas de dominação com suas novas formas de golpear liberdades e democracias”, como afirmou o site do evento. Surgido em Porto Alegre, em 2001, por iniciativa da sociedade civil, essa foi a primeira vez que o encontro aconteceu em uma cidade do Nordeste. A edição anterior foi realizada no Canadá, em 2016, e atualmente o FSM é promovido a cada dois anos.

A notícia do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), no Rio de Janeiro, também marcou esta edição, que contou com atos em sua homenagem e ao motorista Anderson Gomes, também morto no episódio. “Nós estamos com dor na alma. Estamos em um estado de exceção, em que nos desafiam a resistir, a reagir, e nós estamos aqui para isso”, afirmou Rita Freire, da Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, durante a Assembleia Mundial em Defesa das Democracias, como noticiou o site da Rede Brasil Atual (15/3). Uma caminhada em homenagem à Marielle aconteceu no campus de Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que sediou parte da programação do Fórum.

Os ataques ao direito à saúde com a política de austeridade fiscal também foram um dos temas discutidos no encontro, na

Tenda do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A deputada federal Jandira Feghali (PC do B) e o professor da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, debateram “Democracia e Saúde como Direito”. Jandira afirmou que medidas como a Emenda Constitucional 95 apontam para um contexto de “asfixia financeira do SUS” e que é necessária a construção de um “estado democrático e popular”, que “incorpore novas formas de fazer política, que movimente corações e mentes, que faça falar quem está em silêncio, que faça mover as pessoas a acreditarem novamente no

Brasil”, como noticiou o site do CNS (15/3). Já Boaventura — um dos principais apoiadores do FSM — ressaltou a inércia diante dos retrocessos. “Temos um processo onde a democracia não pode ser apenas discutida na academia, é preciso ir para a rua. Eu fico me perguntando por que o Brasil não está na rua como deveria estar. Como foi possível um desmonte tão rápido e tão radical dos golpistas em tão pouco tempo sem resistência do povo brasileiro?”, afirmou, como publicou o portal da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Na mesa “Austeridade fiscal e o desmonte do Estado Nacional”, especialistas da área de financiamento do SUS apontaram que reduzir os investimentos públicos só agrava a crise social, política e econômica, segundo o site do CNS (15/3) — assunto que *Radis* abordou na edição 185. Segundo Déborah Duprat, procuradora federal dos direitos do cidadão, os cortes atuais contribuem para aumentar o desemprego, a concentração de renda e o poder das instituições financeiras; ela lembrou ainda que a Constituição de 1988 é reflexo das lutas emancipatórias e tem como princípio a redução das desigualdades, da discriminação, da miséria e da pobreza. O FSM contou ainda com o Acampamento Intercontinental da Juventude e com a Assembleia Mundial das Mulheres.

“Como foi possível um desmonte tão grande de tantas conquistas com pouca resistência? Estamos adormecidos por uma ilusão. Isso poderá ser fatal. O neoliberalismo quer destruir a democracia e as políticas sociais. Precisamos defender o que conquistamos”

Boaventura de Sousa Santos, professor da Universidade de Coimbra



WIKIMÉDIA

Adolescentes com HIV não sabem negociar uso de preservativo

Um estudo apresentado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Pediatria da Escola Paulista de Medicina da Unifesp mostrou que a maioria dos adolescentes infectados com HIV e carga viral detectável (que aumenta o risco de transmissão) mantém relações sexuais desprotegidas (65% para o sexo oral, 63% sexo vaginal e 68,4% sexo anal). O enfermeiro e autor da pesquisa, Alexandre Lelis Braga, colaborador do Centro de Atendimento da Disciplina de Infectologia Pediátrica (CEADiPe/ Unifesp), avaliou a sexualidade e o planejamento reprodutivo de 93 adolescentes infectados pelo vírus da aids por transmissão vertical

(de mãe para filho no útero ou no parto). Em matéria sobre o estudo, o jornal *Diário do Nordeste* (21/3) revelou que além do baixo uso da camisinha por parte desses jovens, há ainda um conhecimento limitado sobre medidas profiláticas para não infectar o parceiro ou o embrião, em caso de uma gravidez. Para o autor do estudo, os jovens não se opõem ao uso da camisinha, mas têm pouco poder de negociação com os parceiros. “O adolescente que vive com HIV/Aids não tem, muitas vezes, habilidade suficiente para negociar o seu uso com o parceiro sexual. Insistir, para eles, pode acabar levantando suspeitas sobre a sua infecção”, explicou o pesquisador.

Farmácias: desconto pode ameaçar dados de clientes

O Ministério Público do Distrito Federal iniciou uma investigação para apurar se redes de farmácias do país estão repassando ou vendendo dados sigilosos de clientes, após exigir o CPF deles em troca de desconto. A suspeita é de que a lista de compra de cada consumidor esteja sendo divulgada para empresas de planos de saúde e de análise de crédito, em uma espécie de mercado paralelo. A investigação começou em janeiro de 2018. A intenção da investigação, iniciada em janeiro, é “abrir uma caixa preta” e descobrir o uso que farmácias fazem dos dados dos clientes, declarou o promotor Frederico Meinberg, coordenador da Comissão de Dados Pessoais do MP, ao

portal G1 (16/03). Como a prática de pedir o CPF para conceder o desconto acontece em todo o país, o MP pretende enviar requisição oficial para as dez maiores redes farmacêuticas do Brasil, que terão um prazo de dez dias para responder, por escrito. Caso confirmada a suspeita de que as farmácias compartilham dados dos clientes com terceiros, o Ministério Público acionará a Justiça para coibir a conduta nacionalmente, com pedido de urgência. Isso porque, ao contrário do que acontece na Europa ou nos Estados Unidos, ainda não há legislação que trate do assunto no país. Também não está descartada a possibilidade de quebra de sigilo de empresas para auxiliar as apurações.

Número de médicos cresce, má distribuição permanece

Embora o Brasil tenha alcançado em 2018 um marco histórico em número de médicos, a alta densidade não garantiu melhor distribuição desses profissionais no país. Além de se concentrarem em grandes centros e capitais brasileiras, estão mal distribuídos entre os setores públicos e privados de saúde. Os dados fazem parte da quarta edição da pesquisa *Demografia Médica no Brasil 2018*, feita pela Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) com apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), divulgados dia 20 de março, em Brasília.

De acordo com o estudo, em 2020 o país terá ultrapassado a marca de meio milhão de médicos. A região Sudeste tem a maior taxa, de 2,81 médico por mil habitantes. Mário Scheffer, coordenador da pesquisa e professor do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, comentou, em matéria publicada no *Jornal da USP* (20/3) que, mesmo com o maior número de profissionais, as desigualdades permanecem tanto geograficamente, quanto no interior do próprio sistema de saúde. “Faltam médicos nos pequenos municípios, nas periferias das grandes cidades e em vários serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) – na atenção primária, em prontos-socorros e em ambulatórios de especialidades”.

O estudo apontou que, enquanto em todo o Brasil existem 2,18 médicos por mil habitantes, em algumas capitais brasileiras – Vitória, no Espírito Santo, por exemplo – existem 12 médicos por mil habitantes. No outro extremo, no interior das regiões Norte e Nordeste, há menos de um médico por mil habitantes. A pesquisa mostrou também que há mais mulheres na profissão e elas já são maioria entre os recém-formados e entre os médicos com menos de 35 anos. O percentual de mulheres na população total de médicos no Brasil acompanha a tendência mundial de feminização da Medicina. As médicas no Brasil representam cerca de 57,4% no grupo até 29 anos e 53,7% na faixa entre 30 e 34 anos. A pesquisa completa está disponível para download em <https://goo.gl/6cBU7Y>.



LISEANE MOROSINI

► “Ativistas de movimentos sociais marcharam em Brasília (23/3) pelo direito à água e contra a privatização desse recurso natural por grandes corporações. O manifesto era parte da programação do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA 2018), que aconteceu no mesmo período do Fórum Mundial da Água. A cobertura completa sobre as discussões travadas nos dois eventos estará nas páginas da *Radis* de maio.

Legislação ambiental: retrocessos à vista

Mesmo cercada de críticas, a nova Lei do Licenciamento Ambiental (PL 3729/04 e apensados) será votada em breve pela Câmara dos Deputados, previa a Agência Câmara, em 13/3. A versão atual da nova lei simplifica procedimentos para a concessão de licenças ambientais, dependendo do porte dos empreendimentos, e dá prazo para que órgãos governamentais decidam sobre pedidos apresentados pelas empresas, segundo divulgou a agência. Para Malu Ribeiro, representante da ONG

SOS Mata Atlântica, o texto apresentado pelo relator da proposta, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), é unilateral e pode gerar “uma lei de exceção que tira e flexibiliza para determinados setores o licenciamento ambiental diferente dos interesses da sociedade e do que diz a Constituição”, conforme registrado no site da Rádio Câmara (13/3). “É um projeto muito ruim porque, na prática, acaba com a exigência de licença ambiental para empreendimentos agrícolas, pecuários e de abertura de

rodovias”, afirmou o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Segundo o parlamentar, o projeto “vai dificultar a participação popular no processo de licenciamento, vai permitir uma espécie de autolicensing para empreendimentos que podem causar danos ao meio ambiente, e vai promover uma espécie de guerra fiscal-ambiental entre os estados”, como já havia declarado à Agência Câmara de Notícias (12/2).

Política de drogas na contramão

Atual política nacional sobre drogas, responsável por orientar o atendimento a usuários e dependentes químicos, sofreu um forte revés com a aprovação (28/2) da abstinência e de comunidades terapêuticas como base para as ações governamentais na área. A nova orientação, que suprime a política de Redução de Danos, aprovada em 2005, e não distingue usuário de dependente químico, foi apresentada pelo ministro do Desenvolvimento Social Omar Terra na reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). O ministro é conselheiro do órgão e, segundo o site da revista *Carta Capital* (12/3), tachou os grupos favoráveis à Redução de Danos de “incentivadores do consumo de entorpecentes”. Conhecido por defender a

internação compulsória, Osmar Terra usou o Projeto de Lei (PLC 37), de sua própria autoria e ainda em tramitação no Senado, como uma das bases da nova diretriz.

Os conselhos federais de Psicologia (CFP) e de Serviço Social (CFSS), contrários à medida, anunciaram que vão entrar com uma ação no Ministério Público Federal pela anulação da reunião. Ao site da Carta, a representante do CFSS alegou que a proposta está ligada a uma investida maior do governo em abastecer as comunidades terapêuticas. “Em 2017, o Ministério da Saúde previu 240 milhões de reais para a área da Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, dentre os quais 120 milhões eram exclusivos para essas entidades”, observou.

Osmar Terra disse ao G1 (1/3) que

o novo texto reflete uma posição do governo e é um “avanço” para enfrentar a violência. Em artigo publicado no *Globo* (12/3), a professora Lígia Bahia, integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão em Saúde da Abrasco, alertou que é falsa a premissa de que a violência é uma causa direta da presença de usuários de drogas (ilícitas). “Não é possível afirmar que as transgressões cometidas ou sofridas pelas pessoas com quadros graves de dependência decorrem apenas da fissura, da abstinência, da necessidade premente de financiar o consumo”, escreveu. Em entrevista concedida à EBC (16/3), a pesquisadora reforçou que o Conad está na contramão do que hoje se tem acumulado de conhecimento científico.



Privacidade sob ataque: Facebook e o vazamento de dados para uso político

O Facebook se envolveu em um escândalo sobre vazamento de dados pessoais de seus usuários para uso político, o que levantou a discussão sobre a privacidade na internet e a influência da rede social sobre a política. O caso veio à tona quando o jornal britânico *The Observer* — em notícia reproduzida pelo site de *Carta Capital* (23/3) — publicou que uma empresa de consultoria política no Reino Unido (*Cambridge Analytica*) teve acesso a dados de 50 milhões de perfis da rede social e, partir daí, desenvolveu propaganda política personalizada para influenciar os votos nas eleições dos Estados Unidos, que elegeram o republicano Donald Trump em 2017, e na campanha Brexit, que levou à saída do Reino Unido da União Europeia. Um denunciante que participou do vazamento revelou ao jornal que a empresa explorou o Facebook para “captar perfis de milhões de pessoas” e construir “modelos para explorar o que sabíamos sobre elas e visar seus demônios interiores”.

Em resposta, o presidente do Facebook, Marc Zuckerberg, veio a público pedir desculpas pelo vazamento. Porém, as declarações do executivo da empresa não são suficientes para garantir a segurança dos dados dos usuários, como apontaram especialistas ouvidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (22/3). Segundo Carlos Affonso de Souza, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio), não se sabe quantos outros aplicativos da rede social podem ter descumprido as regras que garantem

a privacidade. Já Bruno Bioni, pesquisador da Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), afirma que o problema do Facebook está no modelo de negócios baseado no impulsionamento de produtos e, agora, de políticos. “Precisamos nos perguntar se isso é saudável para a democracia”, afirmou ao jornal.

Embora tenha vindo à tona em março de 2018, o assunto da proteção de dados na internet não é novidade para organizações e coletivos que defendem os direitos dos usuários na rede. A Coalizão Direitos na Rede, formada por entidades, ativistas e pesquisadores em defesa da internet livre e aberta no Brasil, criada em 2016, denuncia práticas como censura política digital, livre comércio de dados pessoais pelas empresas, limite de franquia na banda larga fixa e ferramentas de vigilância sobre os usuários que comprometem a liberdade de expressão. Para Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC, em artigo publicado na *Revista Forum* (21/3), o mais intrigante é que o Facebook está sendo acusado de vazar dados, mas não está sendo questionado sobre as informações que recolhe e armazena de cada um dos seus usuários. “O poder de análise do Facebook é muito maior do que o de qualquer governo, com exceção do governo dos Estados Unidos. Nenhuma universidade, agência governamental ou portal no Brasil tem mais informações detalhadas sobre os brasileiros do que o Facebook”, apontou. 

RADIS Adverte

EDUARDO DE OLIVEIRA

A Fiocruz
em LUTO pela
imediate apuração



Marielle presente
Anderson presente
Matheus presente



Ativistas e movimentos sociais participaram, no Rio de Janeiro, de atividades no Dia Internacional contra a Discriminação Racial (21/3). No Cais do Valongo, na zona portuária, os participantes passaram por diversos pontos da cidade que se relacionam com a história da população negra. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Maternidade e universidade

Foi destaque nas redes sociais e, depois, no noticiário: professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) proibiu estudante de assistir às aulas acompanhada da filha de cinco anos. Waleska Maria Lopes, aluna de Ciências Sociais na universidade, alegou não ter com quem deixar a criança; o professor argumentou que a presença da menina prejudicava o andamento da aula. No meio de tantas opiniões sobre o assunto, destacou-se o questionamento do também professor Jean Segata, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “É inconcebível o número de abandonos de curso entre mulheres que se tornam mães. Até quando as universidades vão silenciar sobre a falta de políticas de permanência para mães? Até quando a maternidade continuará tratada como destino e impedimento?”

Oportunidade em malária

Estão abertas as inscrições para a Medalha Ruth Nussenzweig, que irá premiar jovem pesquisador(a) que tenha contribuições para o estudo da malária. A premiação acontecerá durante a reunião nacional de malária, que acontecerá durante o MedTrop 2018, em setembro. Candidatos (as) devem solicitar informações e enviar material ao professor Wuelton Marcelo Monteiro, no e-mail wueltonmm@gmail.com

PrEP Brasil na Lancet

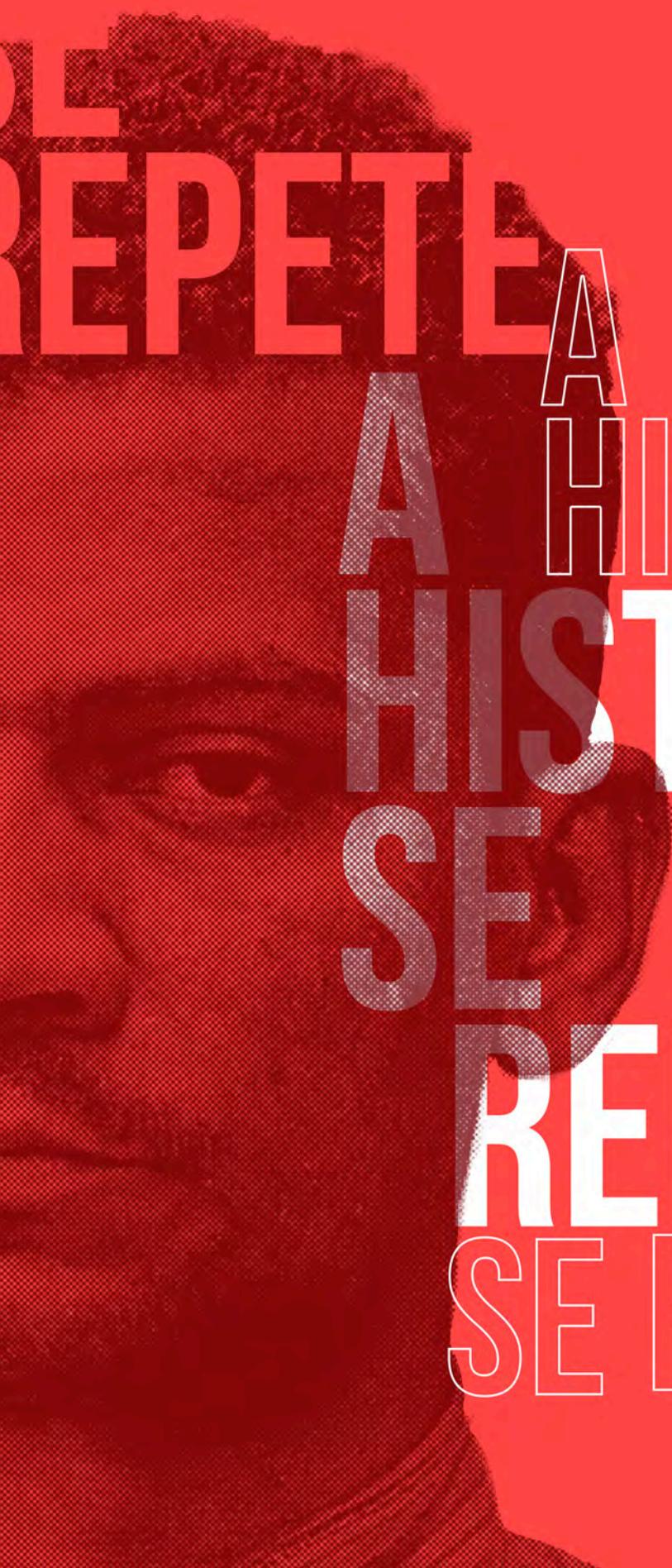
O estudo de demonstração do uso da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), coordenado pela pesquisadora Beatriz Grinsztejn, chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST e Aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), foi tema de editorial e artigo publicados em fevereiro no Lancet HIV, um dos mais prestigiosos periódicos científicos internacionais. No editorial, os pesquisadores Jerome Galea (Harvard), Ricardo Baruch (Instituto Nacional de Salud Pública/México) e Brandon Brown (Universidade da Califórnia), destacam o impacto do estudo, pioneiro na América Latina, enquanto no artigo, assinado por Beatriz e demais integrantes do projeto, são apresentados resultados em detalhe. Acesse os textos em <https://goo.gl/QcWCmi>.

Sonia Fleury: demissão mobiliza

Instituições de saúde coletiva e sanitaristas se posicionaram contra a demissão da professora Sonia Fleury da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), em março. Com 35 anos de trabalhos na instituição, a pesquisadora formou incontáveis gestores, acadêmicos e militantes políticos, e era a profissional mais produtiva da EBAPE, segundo os principais indicadores de avaliação da produção acadêmica. Sonia Fleury foi presidente do Cebes e diretora da Abrasco, entidades que emitiram nota lamentando a decisão. Sônia é reconhecida como uma das pessoas mais influentes na construção do pensamento brasileiro e latino americano em saúde. Foi participante ativa da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, onde contribuiu para a formulação do capítulo da seguridade social. Em nota, a Ensp/Fiocruz também criticou a decisão, considerando-a “inoportuna e incoerente”. “Sonia Fleury foi uma das maiores articuladoras do Movimento da Reforma Sanitária. Trata-se de mais uma atitude arbitrária e de austeridade contra a saúde pública brasileira”, alertou Hermano Castro, diretor da escola. Leia a nota na íntegra em <https://goo.gl/s75Rzc>.

Práticas integrativas

A piterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, ozonioterapia, imposição de mãos e terapias de florais são as 10 dez novas práticas integrativas e complementares (PICS) incorporadas pelo SUS, desde março. “É prioridade não deixar que o país adoeça. Essas práticas são uma prevenção para que pessoas não fiquem doentes, não precisem de internação ou cirurgia, o que custa muito para o SUS”, justificou o ministro Ricardo Barros, durante o lançamento, no Rio de Janeiro. A decisão recebeu críticas do Conselho Federal de Medicina, que considera que as práticas aprovadas “não têm base na medicina e são sem evidências”. Psicólogo especializado em hipnoterapia, Valdecy Carneiro defende que a prática já é reconhecida por quatro conselhos federais (psicologia, odontologia, fisioterapia e terapia ocupacional) e se mostrou eficaz para ajudar os indivíduos a se livrarem de traumas. A médica Maria Emília Gadelha, presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia, alerta que a saúde deve ser vista de maneira ampla, e destaca os benefícios da ozonioterapia para evitar complicações provocadas por diabetes. 



SE
REPETE

A HISTÓRIA

HISTÓRIA

SE

REPETE

SE REPETE

BIOGRAFIA DO ESCRITOR
LIMA BARRETO REVELA
ORIGENS DA EXCLUSÃO E DO
PRECONCEITO RACIAL NO PAÍS

Biografias são testemunhos que nos ajudam a entender o tempo e o ambiente em que viveram suas personagens. Direta ou indiretamente, elas nos informam sobre a vida que se levava na época, ajudando a desenhar contextos e a compreender comportamentos e disputas que forjaram, inclusive, situações e práticas de saúde. Isso se potencializa quando o biografado foi uma figura pública e deixou uma obra magistral, como é o caso do escritor Lima Barreto (1881-1922), cujas vida e obra carregam marcas da vivência do racismo e da exclusão social, das críticas mordazes ao patrimonialismo e às disputas pelo poder, mas que também são um retrato dos desafios enfrentados pela população da nascente 1ª República — alguns, ainda atuais um século depois.

“Lima Barreto é um dos intérpretes do Brasil. Sua história se confunde com a do país”, confirmou a historiadora e antropóloga Lília Schwarcz, na apresentação que fez do escritor, ao proferir a aula inaugural da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), no início de março. Autora da biografia “Lima Barreto — Triste visionário” (Companhia das Letras, 2017), Lília destacou a importância do resgate do autor, celebrado apenas depois de sua morte, “neste momento de claro declínio dos direitos sociais e civis”.

Invisibilidade, inadequação, adicção e loucura são palavras determinantes na trajetória de Afonso Henriques de Lima Barreto, autor de “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, um dos clássicos da literatura brasileira. Nascido no bairro carioca das Laranjeiras em um premonitório 13 de maio, sete anos antes da abolição da escravatura no país, ele mesmo neto de escravizados e filho de pais livres — um tipógrafo e uma professora —, o escritor experimentou ainda jovem a desigualdade e a discriminação — temas presentes em seu primeiro livro, “Recordações do escrivão Caminha”, de 1909 —, o que talvez o tenha despertado para uma busca insistente por liberdade, traço marcante de sua pena e de sua trajetória. Para ele, “o fim do cativo e a conquista da liberdade eram ‘troféus’ difíceis de ganhar, complicados de guardar, quase impossíveis de manter”, como destacou Lília, em artigo sobre o 13 de maio de 1888.

A historiadora identificou, na produção da sua biografia, uma certa urgência e um desconforto constante, sentimentos que compartilhava por meio da dor de suas personagens — escravizados libertos, pacientes internos, funcionários públicos entediados — e da crítica feroz que fazia à elite e seus estrangeirismos, aos políticos e à corrupção. “Ele estava sempre em um local onde não gostaria de estar”, resume a pesquisadora. O descompasso também se refletia na relação que Lima travou com a loucura, esse “imenso caminhar onde cabe qualquer coisa”, como costumava dizer, e que entrou em sua vida “para nunca mais sair”, nas palavras de Lília.

O contato precoce com a Colônia dos Alienados, onde o pai foi administrador, e as duas internações ao longo da vida — motivadas pelo excesso no consumo de álcool — renderam ao escritor desafetos, desalentos, mas também belas personagens e inúmeros questionamentos. “No manicômio, a única cor é negra”, escreveu, no momento em que se discutia no país conceitos como

o darwinismo social, teoria que defendia que a mistura de raças causaria degeneração. Para os que seguiam esta corrente, ele seria um degenerado, já que além de sua ascendência negra, era filho de mãe tuberculosa e pai neurastênico. Em seus romances, contos e outros textos, a loucura e o uso excessivo de álcool foram usados por Lima como metáfora para o desencaixe social, álbi perfeito para sua personalidade fora das regras, para o “protagonista fora do lugar”.

Sua narrativa sobre a experiência em instituições de saúde mental também conta muito sobre personagens reais daquele período, como o psiquiatra baiano Juliano Moreira (1873-1933), de quem foi paciente. Conhecido por sua explícita discordância quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação, foi Juliano que deu a Lima Barreto “alguma dignidade”, ao entregar a ele papel e lápis. Como contou Lília, ele usou “instrumentos de trabalho como instrumentos de cura” e permitiu que o escritor exercesse sua subjetividade. Tais experiências estão descritas em outro romance, “O cemitério dos vivos”, escrito em 1919, no qual o autor se revela nas injustiças e preconceitos sofridos pelo narrador-protagonista, Vicente Mascarenhas.

Para além do preconceito e da loucura, Lima também gravou em sua produção literária a marca de uma época, ao descrever o cotidiano do Rio de Janeiro daqueles dias. “Lima Barreto foi nosso primeiro criador de almas. Ele sentiu, como nenhum outro escritor brasileiro, a tristeza e o humor que cabem na vida do pobre. É nossa primeira autoridade neste assunto: povo. Viu os costumes da gente carioca, seus divertimentos, suas virtudes e seus vícios”, descreveu o crítico literário Agripino Grieco, em 1956, destacando como o escritor era capaz de enxergar a beleza daquilo que é mais próximo e atual.

Funcionário público de pouco destaque, descreveu com maestria o cotidiano do transporte público carioca — “Nos trens, somos todos da mesma cor” —, criticou a atuação de políticos e a corrupção que já se apresentava naquela época, e discutiu o papel da literatura em um país pobre. Recusado duas vezes para entrar na Academia Brasileira de Letras, cultivou uma autoimagem de contestador, e se mantinha à margem do primeiro escalão de cronistas de Bruzundanga — como ele chamou o país numa sátira sobre a vida brasileira no começo do século 20. Recuperar sua história é, para Lília, além de um resgate importante para a cultura nacional, mais uma maneira de reparar uma dívida histórica com o escritor, somente escalado ao panteão dos grandes nomes décadas após a sua morte. “A história produz muitas invisibilidades sociais, por ser um exercício de lembrar e de esquecer”, justificou. Para ela, é importante tentar enxergar, a partir das narrativas de Lima Barreto, quais as questões que se modificaram e quais as que permanecem. Em sua opinião, em relação ao escritor, a questão racial permanece. Um século depois, ainda não damos conta. 

A letra da lei e

Sem apelos sentimentais ou discursos fundamentalistas, juristas e pesquisadoras apontam possibilidades para que a legislação confira cidadania e autonomia reais às mulheres

Elisa Batalha

A criminalização não impede que sejam provocados 55,7 milhões de abortos por ano — 160 mil por dia no mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Desses, 45% são realizados em condições inseguras. No Brasil, a Pesquisa Nacional do Aborto, realizada em 2016 pela Universidade de Brasília (UnB) e pela organização Anis — Instituto de Bioética, registrou 500 mil abortos em 2015. Segundo o estudo, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez pelo menos um aborto; quase metade das entrevistadas acima de 16 anos de uma pesquisa divulgada pela Agência Patrícia Galvão em 2017 apontaram que conhecem alguém que já fez um aborto; as mulheres negras correm um risco duas vezes e meia maior de morrer por causa de um aborto, de acordo com um estudo do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/Uerj).

Estes foram alguns números e constatações que conduziram as falas do debate suscitado a partir da palestra “Legalidade e ilegalidade do aborto: uma reflexão sobre a vida das mulheres”, organizado pelo Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (Dihs), realizado na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Ninguém gosta de abortar, argumentaram todas as integrantes da mesa, que se concentraram não nas razões pessoais de cada mulher que já recorreu a uma interrupção de gravidez, nem nas crenças e tabus que acompanham o debate. A Pesquisa Nacional do Aborto mostrou que 88% das mulheres que já abortaram professam religiões, sendo 56% católicas, 25% protestantes e 7% de outras denominações. Conhecedoras desses dados, as palestrantes direcionaram o debate para o embasamento jurídico e sociológico que sustenta até hoje a proibição no país — e nas reivindicações e ações concretas possíveis para alterar a legislação vigente. “O tema da descriminalização é objeto de manifestações maciças no mundo inteiro e precisa de um olhar não apenas sob viés da saúde pública, mas também como questão de cidadania” apontou Luciana Boiteaux, professora de direito penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Luciana é uma das signatárias da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 442), uma medida que propõe ao Supremo Tribunal Federal (STF) analisar a inconstitucionalidade da criminalização do aborto até doze semanas de gestação. “O cenário hoje é de dificuldade de debater o tema publicamente. É uma ação que contém argumentos jurídicos e argumentos sociológicos. Uma ação ousada e arriscada, mas sem ousadia não se muda nada”, explicou a jurista.

“No Uruguai, em 2012, o primeiro ano após a legalização do procedimento no país, não houve nenhuma morte de mulher em decorrência de complicações dos sete mil procedimentos”, lembrou a pesquisadora da Ensp e presidente do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde (Cebes), Lúcia Souto. Enquanto na maior parte dos países europeus a interrupção voluntária já é um direito, os debates e as ações políticas em prol da liberalização do aborto no Brasil são marcados por avanços, recuos e inúmeras negociações políticas que resultam na atual legislação, que prevê o aborto apenas em caso de estupro, de risco de vida para a mãe ou em gestação de feto anencéfalo. “Na prática, mesmo o acesso ao aborto legal é dificultado por barreiras



a vida das mulheres



sociais e preconceitos por parte dos profissionais de saúde”, denunciou Luciana. “A visão fundamentalista não pensa na saúde de ninguém. Uma mulher morre a cada dois dias por complicações do aborto no país”, reforçou Luciana Lindenmeyer, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN).

O momento atual é marcado por ameaça de retrocessos, lembraram as juristas presentes. Em 2015, por pouco o projeto de lei 5.069, apresentado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), não foi aprovado no Congresso Nacional, o que dificultaria ainda mais o acesso ao serviço de aborto legal por mulheres estupradas, já que restringia a aprovação do procedimento somente em caso de o crime ser comprovado por exame de corpo de delito e comunicado à polícia.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181, de 2017, era uma lei que originalmente tratava da expansão da licença maternidade para o caso de bebês nascidos prematuramente. No entanto, os deputados (todos homens) da comissão votaram pela inclusão de uma mudança no artigo primeiro da Constituição, enfatizando a “dignidade da pessoa humana desde a sua concepção”. Um adendo desse tipo, que não tem relação direta com o texto da lei que está sendo votada, é conhecido como um “Cavalo de Tróia”. Com a mudança no texto, os deputados esperavam abrir uma brecha legal para condenar mulheres por fazerem aborto, mesmo em casos permitidos pelo Código Penal. “A PEC 181 poderia criar um problema até para o uso da pílula do dia seguinte”, lembrou Simone Nacif.

A luta das mulheres pela legalização do aborto, no entanto, organizada nas redes sociais a partir da hashtag #PelaVidaDasMulheres, conseguiu pressionar os parlamentares de modo que o projeto de lei e a PEC fossem retiradas de pauta. “A questão não é religiosa. O Estado é laico. O papel do Supremo é proteger as minorias”, lembrou Luciana, para quem hoje, o debate é “totalmente contaminado” pelo discurso fundamentalista religioso. Ela destacou que hoje, até mesmo falar de uma sociedade democrática em que as mulheres tenham a cidadania completa garantida tem sido difícil. “Nesse momento é importante ocupar todos os espaços”, defendeu.

MATERNIDADE COMPULSÓRIA

Juíza de Direito do Pará, Andrea Bispo analisou o discurso sociológico que está nas bases do ordenamento jurídico do país. “O que autoriza no Brasil a criminalização do aborto? O embrião ou o feto não são juridicamente titulares de direitos. O que justifica na verdade a criminalização é a maternidade como o papel tradicionalmente atribuído à mulher na sociedade. Historicamente, esse papel e esse ‘instinto’ são construções sociais que estão totalmente naturalizados na nossa sociedade”, explicou ela. “Muitas das mulheres que abortam já são mães de três, quatro filhos, e sem condições de mantê-los. A sociedade como um todo não está preocupada com crianças, nem com o feto nem com o embrião, mas com a maternidade idealizada”, continuou Simone Nacif, também juíza e integrante do Conselho de Administração da Associação Juízes para a Democracia. “Na forma como o corpo é descrito nos textos jurídicos e sentenças, é como se a mulher fosse uma hospedaria. A mulher não tem autonomia sobre o próprio corpo. A criminalização do aborto é uma tentativa de controle social sobre a mulher”, criticou Andréa.

Maternidade compulsória é o termo utilizado no jargão feminista como o resultado da criminalização do aborto somada a essa carga social em torno da maternidade como principal — ou única — função da mulher. Ao mesmo tempo, há 5,5 milhões de crianças no país hoje sem sequer o nome do pai na certidão de nascimento. “Quando vão falar sobre o aborto, quando a criança está ainda na barriga da mulher, a mulher não é sequer considerada, somente a criança. Depois que a criança nasce e está ali nas ruas, também não ligam mais, não se preocupam que tenha educação, saúde, moradia. A criminalização do aborto é uma tentativa de imposição do controle social sobre a mulher”, reforçou Luciana Boiteaux. O debate foi marcado pela visão de que o meio jurídico também é espaço de disputa para transformações sociais. Simone Nacif lembrou que o ordenamento jurídico existe para manter as relações de poder, “e assim ele dá ao homem o direito de escolher ser pai e nega às mulheres o direito à saúde e à vida. É na insurgência, na desobediência que se faz nascer o direito, na luta concreta nas estruturas sociais como elas estão postas”, afirmou. “A história das mulheres é opressiva, patriarcal, racista. O feminismo contemporâneo deve ser o feminismo para as 99%, com uma luta agregada, uma agenda expandida”, apontou Lúcia Souto. 

NOSSAS VIDAS IMPORTAM

Contra a violência e a exclusão, movimentos e moradores constroem experiências de luta por direitos e resistência dentro das favelas

ALCIA MELO

LUIZ FELIPE STEVANIM

A favela vive na luta e na voz de cada um deles e de cada uma delas. Sabrina — conhecida como MC Martina — pede licença no busão para recitar uma poesia: “Você conhece a raiz do gueto?” Brenda descobriu na poesia marginal, feita nas ruas e na laje, um sentido para a existência que não encontrou na escola. Fransérgio luta contra estigmas e preconceitos que recaem sobre favelados e lembra: “Favela é resistência”. Jaílson lidera há décadas projetos de inserção social e cultural de jovens periféricos, que buscam transformar os olhares sobre os espaços em que vivem. Rodrigo acredita que é possível construir uma publicidade afirmativa sobre a favela, revelando as suas potências a partir de dentro. Thiago Taif colore as paredes de sua comunidade com as tintas de um sonho: ser um artista renomado. Érika e Rita entraram em universidades públicas e estão à frente de um pré-vestibular comunitário para que outros jovens como elas possam ter o mesmo direito. Pingo, ex-integrante

do grupo Força do Rap, é conhecido em todo o canto de Acari como uma referência na defesa de seu povo e persiste organizando atividades culturais e artísticas onde mora.

Vidas nascidas na favela, esses nomes e muitos outros lutam para que as comunidades periféricas tenham acesso a direitos básicos, como educação, saúde, cultura, moradia, transporte e o mais essencial: o direito de viver. Até quando a favela vai ser vista apenas como “área de risco” e “espaço do crime”? É a pergunta que ecoa na fala de todas elas e todos eles. “Quanto mais vão precisar morrer antes que essa guerra acabe?”, afirmava Marielle Franco (PSOL), vereadora nascida na favela da Maré e executada no Rio de Janeiro em março. “Não entenderam ainda? A quebrada é tipo um livro e vocês matam a poesia que por ela corria...”, pergunta Brenda em seus versos. Mesmo com a violência e a discriminação, a poesia da favela vive e resiste.



CADÊ A POESIA DO MORRO?

Uma voz ecoa no silêncio do trem: “Ataque!” Não é tiro que vem por aí, nem assalto. Como num eco, outros respondem: “Poético!” De repente, surgem cinco ou seis jovens, a maioria negros, e uma delas recita os versos: “Em nome do amor, se oprime, reprime e ilude. / Em nome da paz instaurada, a guerra que mata um preto, dentro e fora da favela, a cada 23 minutos.” Ao terminar, ela se apresenta: MC Martina, 20 anos, poeta, rapper e produtora cultural do morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Alguns reclamam daquela voz que vem perturbar o silêncio, mas a maioria aplaude. Depois é no BRT. Outra jovem negra dá o papo: “Apressado, a poesia podia estar ao seu lado/ Tenho o destino traçado pelas vozes do Estado / Boné afundado na cara / Mó cara de bolado”. Quem fala é Brenda Lima, 19 anos; e como ela mesma afirma, seus versos, carregados de gírias e expressões do morro, das favelas e das quebradas — diferentes nomes como a periferia é chamada —, refletem a luta e a resistência de seus antepassados.

Os Ataques Poéticos nas praças, no transporte público e nas escolas são realizados pelo coletivo Poetas Favelados, um grupo de artistas da poesia e da música formados por jovens de diferentes favelas do Rio de Janeiro. Dentre eles, estão Sabrina Martina — conhecida como MC Martina —, Brenda Lima e o rapper Al Neg. “Nosso objetivo principal é levar a arte favelada, nossa cultura, informação e realidade para a galera que mora em periferia, mas que não tem acesso a esse tipo de literatura”, conta Sabrina. Para ela, as pessoas não acessam a arte pois precisam trabalhar para sobreviver. “O Ataque Poético é um sarau itinerante, que vai ao encontro dessas pessoas. É muito interessante ver a reação delas. Muitas estão com um semblante abatido, a fisionomia cansada, e durante o ‘Ataque’, a gente vê a mudança”, relata.

Sabrina é nascida e criada no Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, e Brenda mora em Petrópolis, na região serrana do estado. As duas chegaram ao Ensino Médio sem perspectivas para o futuro. “Eu comecei a escrever poesia quando larguei a escola no segundo ano do Ensino Médio. Não me encaixava no modelo de ensino aplicado pelo Estado, que não estimula a pensar”, narra Brenda. Ela então conheceu a literatura de outras mulheres negras, como as escritoras Carolina Maria de Jesus e Elisa Lucinda, e decidiu que poderia fazer de sua própria poesia “uma forma de comunicação com o mundo”. “Eu sinto que, ao recitar, posso curar, alertar, denunciar, lutar”. Questões como racismo e violência aparecem em seus textos, segundo ela, como relato de “vivência própria”: “Não é sempre que falo, pois é algo que exige muita força, mas além de tudo aparece num tom de denúncia sobre o que meu povo sofre”.

Brenda lembra que, em sua poesia, não surge apenas a sua história, mas a expressão de “muitos de nós”. “Eu sou pelo que nós somos. Os meus irmãos interferem na minha arte e eu penso que posso e devo fazer por eles, intervir e trocar conhecimentos ancestrais que nos foram dados, tomados e que agora estamos retomando aos poucos”, afirma, lembrando um provérbio africano. Em um de seus versos, ela ressalta: “Eu sou a sombra dos meus ancestrais escravizados, sou poesia a chibatás, sou a música

e dança que quase apagaram...” Em outra performance, ela se serve de um ponto de Umbanda para representar a orixá Oxum lavando os corpos dos meninos mortos. “Falo de todos nós, negros e negras vivos, fazendo sua arte, seu trampo, lutando contra o sistema que quer desde muito tempo nos ver mortos”, enfatiza.

A história de Sabrina não é diferente da vivida por Brenda: ao terminar o Ensino Médio, ela se viu sem emprego e nenhuma fonte de renda. Depois de participar de um projeto organizado por um coletivo de comunicação na favela, o “Gato Mídia”, abriu os olhos para algo que nunca tinha notado: o que havia de bom dentro da própria comunidade. “Eu não sabia que existiam tantos favelados universitários e tanta coisa acontecendo dentro da favela”, conta. Daí foi um passo para se descobrir produtora cultural e participar da organização de eventos nas favelas do Alemão e da Maré.

DO MORRO PARA O MUNDO

Sabrina transformou-se em MC Martina — e depois de acompanhar o trabalho do coletivo Poetas Ambulantes, na capital paulista, decidiu criar, junto com o amigo Al Neg, um coletivo de poesia com artistas das favelas do Rio, não só da capital, mas da Baixada Fluminense e do interior do estado. “A poesia está em tudo. Está em poder voltar para casa, ter comida pra comer, minha família estar bem, conseguir fazer as coisas que eu faço”,

ressalta. A ideia era impactar o lugar onde mora, porque o Alemão contava com muitos coletivos de comunicação, mas nenhum voltado para poesia. “O objetivo inicial dos Poetas Favelados era combater o machismo, o racismo e uma série de preconceitos que existem na cena do hip hop. O coletivo realiza os Ataques Poéticos no ônibus, nas escolas e em vários lugares pela cidade, mas especialmente na favela e em espaços públicos”, descreve. O grupo conta hoje com cerca de oito integrantes oriundos de diferentes periferias do estado.

MC Martina também foi uma das idealizadoras do



Slam Laje, a primeira “batalha de poesia” no Alemão feita pelos próprios moradores. O “slam” é um tipo de competição urbana em que os artistas recitam suas poesias em performances — os versos geralmente têm um caráter de resistência e politização. “O nosso objetivo é disseminar cultura e poesia marginal dentro da favela, furando a ‘bolha’”, conta. O projeto também reúne a famosa “batalha do passinho”, estratégia para se aproximar de crianças e adolescentes mais novos (a “menorzada”). “A favela é quilombo. A gente tem uma cultura incrível, não só a favela, mas o povo preto em si, sacou? Foi o povo preto que criou o samba, o hip hop e várias outras culturas. E arte é isso: um lugar que permite a gente ter voz e ser ouvido”, reflete.

A rapper não esconde as marcas que a violência, o racismo e a segregação deixam na população das favelas: “Já levei muita dura [da polícia]. Dura em moto, no ônibus, na rua. Qual o motivo da dura? Eu não deveria ter medo de policial, mas eles são uma das coisas que mais tenho medo”, aponta. Segundo ela, uma das características da cultura da favela é a capacidade de reinvenção. “Desde sempre o povo preto, a periferia, apanhou muito. Apanha, levanta e continua, porque é a necessidade. Eu não tenho a escolha

"Favela é quilombo": MC Martina é uma das organizadoras do Slam Laje, com batalhas de poesia e do passinho no Morro do Alemão (RJ)



BENTO FABIO

de ser fraca, porque preciso cuidar da minha família, entendeu?" Ela destaca que os jovens negros e periféricos são sempre vistos como "suspeitos". "Ao mesmo tempo a favela é um lugar onde existe a ausência de direitos. O Estado só vem aqui dando tiro. Que política pública existe hoje em dia para a favela e a periferia?", questiona.

Em um de seus poemas, MC Martina compara a ocupação do Complexo do Alemão, em 2010, que teve ampla cobertura midiática, com a "ocupação" do Brasil pelos portugueses em 1500: "A cor do colonizador nunca mudou / Mas o discurso sim de novo te enganou", afirma. "Ser pobre, negro e favelado é ser criminalizado pelo que você é", acrescenta à *Radis*. Estudante de um pré-vestibular comunitário, a menina nascida no Alemão planeja fazer faculdade de Ciências Sociais e continuar sua carreira como rapper, poeta e produtora cultural. Ela também faz parte do coletivo "Movimentos", grupo de jovens de periferias do Rio que discutem e propõem uma nova política de drogas. "Antes de ser MC, sou favelada, sou preta e sou pobre. As pessoas não sabem o que a gente passa por trás do microfone. O triste é que estou falando isso pra você, essa matéria vai ao ar e muita gente não vai se ligar, porque já tem o coração frio. Não tem empatia", desabafa.

Histórias como as de Brenda e Sabrina, que fazem poesia na favela, foram tema do filme "Meu fuzil é a poesia" (Grito Filmes), dirigido por Fernando Salinas e Víctor Hugo Liporage e produzido por Cinthia Martins. O curta reuniu performances de diversos coletivos e poetas nas ruas, favelas e escolas do Rio de Janeiro. "A Suburbana estava marcada com sangue de João. / Quem dera fosse com migalhas de pão?", sentenciam os versos do rapper Dyonnás Sykeira. Em conversa com *Radis*, Brenda afirmou que existe sim espaço para cultura na favela, mas esse enfoque não interessa ao Estado. "O que vende é a guerra e o massacre, a desigualdade, a falta desse olhar para a educação e para o resgate da nossa cultura", avalia. Para ela, as pessoas querem cada vez mais se armar, mas o armamento "nunca foi garantia de paz e sim do caos". "Cabe a gente fazer uma reflexão sobre nós que fomos afastados da nossa própria cultura e tivemos acesso negado ao direito de ser e estar, com um único objetivo: pretos contra pretos, pobres contra pobres se matando a mando do Estado, enquanto ele aplaude e fica com todo o lucro", constata.

**VOCÊ CONHECE A RAIZ DO
GUETO? RESPEITA O MEU POVO
PRETO QUE NÃO TEM DIREITO A
CHORAR ESTÁ ACOSTUMADO A
APANHAR E NÃO PODE GRITAR
PORQUE NO DIA SEGUINTE TEM
QUE IR TRABALHAR**

[MC Martina, Poetas Favelados]

LUTA PELA VIDA

Quatro dias depois do anúncio da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro (16/2), crianças da comunidade Kelson, na Penha, tiveram suas mochilas revistadas em uma operação conjunta das Forças Armadas e das Polícias Militar e Civil. Como noticiou a *Ponte* (22/2), o Comando Militar do Leste afirmou que a ação não teve relação direta com a intervenção e foi feita sem um objetivo, apenas para mandar um "recado" a criminosos e "baixar a bola deles". O episódio, porém, revela que as pessoas que moram nas favelas são as mais afetadas pela política de segurança pública baseada na "lógica da guerra". Para Fransérgio Goulart, historiador e militante do Movimento de Favelas, atualmente assessor político do Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu (RJ), essa não é uma novidade na história do Brasil. "A partir do discurso de pacificação, determinadas populações sofreram e ainda sofrem com a guerra. Foi assim com os indígenas, depois negros, hoje com os favelados, os movimentos de ocupações, os sem-terra, os assentados", afirma.

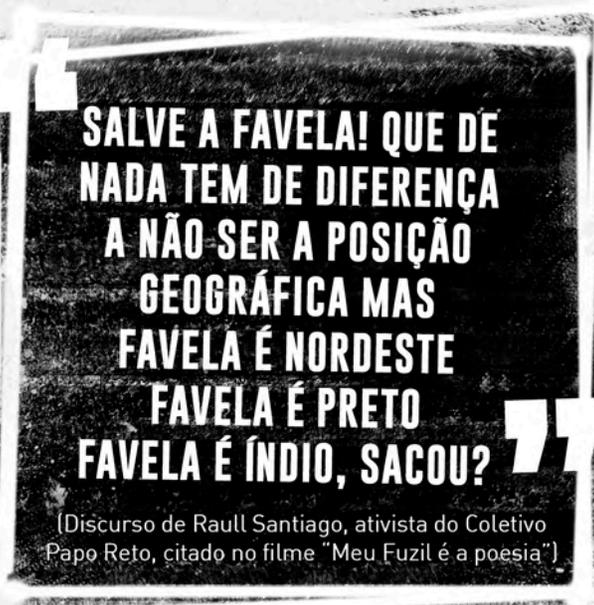
Escolas e creches fechadas, postos de saúde com funcionamento interrompido e dificuldades para ir ao trabalho são ocorrências comuns provocadas pelas operações policiais, como relatam os diferentes moradores ouvidos por *Radis*. Dados da Pesquisa “Educação em Alvo: os efeitos da violência armada na sala de aula”, realizada pelo aplicativo Fogo Cruzado e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontam que mais de 20 escolas no conjunto de favelas da Maré (RJ) tiveram suas aulas interrompidas apenas em fevereiro de 2017. “Com a justificativa de ‘combater o crime organizado e o tráfico de drogas’, tais operações colocam em risco a integridade física e a saúde mental dos moradores de favelas, que vivem sob constante tensão”, afirma manifesto da Campanha “Caveirão Não! Favelas pela Vida e contra as Operações”, assinado pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e mais de outras trinta instituições que atuam na área de direitos humanos.

Essa realidade também representa um cotidiano de medo para quem luta por direitos e políticas públicas dentro das favelas. “A pauta principal dos movimentos de favela hoje é ficar vivo. É a gente poder acordar no outro dia”, disse Fransérgio à *Radis*, em entrevista dias antes da execução da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), que também teve sua trajetória marcada pela atuação junto à população das favelas. Oriundo de Manguinhos, na zona norte do RJ, Fransérgio conhece bem essa realidade pois atua como apoiador de diferentes movimentos de resistência e luta por direitos nas comunidades periféricas, como as Mães de Manguinhos, Mães de Maio e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Para ele, a favela é resistência desde a sua fundação. “Ela existe porque ela resiste. A favela precisa resistir se não ela não sobrevive, às vezes de forma coletiva, às vezes individual. No cotidiano das ruas e dos becos, isso já é claro”, aponta.

Como exemplo, ele narra a origem do conjunto de favelas da Maré (RJ), surgida de uma ocupação liderada por uma mulher negra, Dona Orosina, que depois teve de lutar para não ser expulsa pelo Exército. Para ele, os próprios moradores das favelas já vêm construindo saídas para a violência a partir de dentro. “Muito por meio do protagonismo dessa juventude que tem novas formas de ocupar o espaço público. São jovens negros, jovens mulheres, moradores de favelas, que a partir do cotidiano constroem alternativas para enfrentar a violência no campo da educação e da saúde”, defende. Ele cita alguns exemplos: o Coletivo Papo Reto, no Complexo do Alemão, que realiza um trabalho de denúncias de violência; o projeto “Histórias Vivas”, da Maré, para recriar as narrativas da favela pelos próprios moradores; e o Rolé dos Favelados, uma iniciativa de incentivo à atividade turística a partir de “dentro”.

Para Fransérgio, a visão que se tem da favela, marcada por estigmas e preconceitos, é fruto da construção do Brasil pautada no racismo. “O racismo é estruturante da constituição do Brasil enquanto nação. Isso reflete nos territórios de favelas, que são majoritariamente da população jovem e negra”, explica. Segundo ele, enquanto as políticas públicas não fizerem o enfrentamento

do racismo, a realidade da segregação não vai ser alterada. “As discussões têm que ser pautadas a partir da centralidade do racismo, em ações de educação, educação em saúde e cultura”, propõe.



O racismo e o “olhar de fora”, que enxerga o outro como inferior, também está presente nas pesquisas acadêmicas sobre a favela, como ele ressalta: os pesquisadores das universidades “sobem o morro” e fazem estudos com as populações faveladas, sem dar retorno ou propor saídas para transformar a realidade pesquisada. Com o propósito de questionar essa prática, ele criou, junto com outros militantes, um espaço de discussão intitulado “Para que e para quem servem as pesquisas acadêmicas sobre as favelas?”. “Existe uma dominação branca e um grupo de privilegiados que fala sobre o outro. É muito ainda a visão do colonizador”, avalia. Ele

defende mudanças para democratizar o acesso às universidades e propõe a construção de pesquisas e olhares a partir de dentro das próprias comunidades periféricas. A mesma crítica ele faz a comitês que apenas “observam” a violência a partir de fora: segundo Fransérgio, eles ajudam a dar visibilidade, mas não resolvem os problemas dos favelados. “Para quem mora nesses territórios, como eu e outros e outras, nossos problemas são muito mais intensos e são pautados no racismo. Isso deve ser colocado como prioridade”, reflete.

A FAVELA POR ELA MESMA

A rua Teixeira Ribeiro é um dos pontos de encontro da Maré, conjunto de favelas na zona Norte do Rio de Janeiro onde vivem cerca de 130 mil pessoas: além de ser um dos principais acessos ao bairro, pela Avenida Brasil, é onde acontece uma feira popular aos sábados que reúne desde rodas de samba à galera do hip hop. Para registrar as vozes e os rostos que compartilham o espaço, jovens da própria comunidade empunharam câmeras e microfones e fizeram um vídeo como parte do projeto Favela 3D (Disposição, Diversidade e Direitos), coordenado pelo Observatório de Favelas. São olhares para além da violência, que enxergam a favela como “lugar de potência”. “São agendas potentes que não são vistas como tal. Tem muito mais do que a violência. Tem vidas, pessoas, populações, histórias, memórias, afetos. A gente tenta o tempo todo mostrar para além da carência, a partir da perspectiva da potência”, afirma Rodrigo Azevedo, publicitário e coordenador do Observatório de Favelas.

Na Teixeira Ribeiro também está localizada a sede do Observatório, onde funciona parte de suas iniciativas, como a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) e o projeto “Imagens do Povo”. Duas ruas adiante, fica o Galpão Bela Maré, um local que incentiva expressões artísticas na favela e reúne exposições, biblioteca e atividades culturais. Foi na “Teixeira”, como é chamada carinhosamente pelas pessoas, que a equipe de *Radis* conheceu Rodrigo, nascido e ainda hoje morador de São Gonçalo (RJ). “Já andei muito e vivo a contradição da desigualdade desde que me entendo por gente. Sou morador de São Gonçalo,

o segundo município mais populoso do estado e um dos piores em índice de desenvolvimento humano e violência”, conta. O publicitário foi coordenador da ESPOCC, projeto que formou cerca de 90 jovens por ano, entre 2012 e 2016, em audiovisual e cultura digital.

A escola desenvolveu o conceito de “publicidade afirmativa” para incentivar a construção de olhares positivos e de autoestima dentro da favela. “A gente utiliza elementos da publicidade para potencializar debates e agendas de territórios populares do Grande Rio que não ganham visibilidade e também se apropria desses recursos para mostrar um outro olhar sobre as favelas”, explica. Segundo ele, a publicidade afirmativa busca trabalhar a comunicação a partir de uma lógica que compreenda a diversidade social, em que uma multiplicidade de vozes estejam presentes. Também pretende superar os vícios históricos da publicidade, como sexismo, racismo e preconceitos. “Os jovens passam a utilizar a comunicação para potencializar causas e questões, fortalecer coletivos e organizações, produzir informativos e meios de comunicação que eles acham interessantes”, acrescenta.

Olhar as potências da favela não significa ignorar os problemas, dentre eles a violência. “Não é romantizar o território, nem neutralizar e abafar essas questões. De fato, existe o tráfico. Mas também tem samba, pagode, festival de rock, gastronomia, e por causa dessa questão do tráfico, a gente nega todas as potências que vivem e circulam nesse ambiente”, considera. Ele cita como exemplo um projeto desenvolvido por uma das turmas da ESPOCC como trabalho de conclusão de curso e intitulado “Juventude marcada para viver”: além de realizar uma intervenção artística no centro da cidade que denunciava o genocídio de jovens negros, a campanha criada pelos alunos da escola construiu um documento com propostas de políticas tanto no campo da segurança pública quanto de educação e cultura. “A gente discute segurança não mostrando corpos, mas a partir de perspectivas que propõem caminhos, soluções e políticas públicas”, avalia.

Criado em 2001, na Maré, o Observatório de Favelas surgiu com a proposta de produzir conhecimentos com um novo olhar sobre as favelas e os espaços populares. Um de seus fundadores, Jailson de Souza e Silva, nasceu numa comunidade de Brás de Pina (RJ) e foi morador da Maré. Ele defende que as políticas urbanas nas favelas têm que ser construídas com a participação dos moradores, especialmente sua juventude. “O desafio é construir políticas públicas que ajudem a combater as bases estruturais da desigualdade, que são o racismo, o patrimonialismo e o sexismo”, considera. Segundo Jailson, com o protagonismo popular e a partir do que chama de “paradigma da potência”, é possível pensar formas alternativas e criativas de desenvolver políticas para as periferias. “Não só no campo da educação e da cultura, mas também no campo da segurança pública e em todas as áreas, no que diz respeito ao direito à cidade por parte dos moradores dela”, reflete (veja entrevista na página 22).

Como parte da Maré, o Observatório vive o mesmo cotidiano do lugar. Rodrigo mostra na parede as marcas da água da chuva, que inundou a comunidade depois do carnaval e deixou centenas de desabrigados. Ele defende que a população das favelas, principalmente os jovens, devem se apropriar das ferramentas de comunicação para expressar sua voz. “A cobertura da grande mídia olha esses espaços somente como o território da violência, das vielas e das valas abertas. A constituição das favelas e dos territórios populares se deu em um processo muito duro, com deslocamentos, retiradas de pessoas dos grandes centros e desapropriações. Isso construiu um estigma complexo, de um lugar frágil e carente. Foi um lugar construído e pensado sem políticas públicas”, analisa. Mas a produção de novas narrativas e olhares passa por desconstruir esses preconceitos. “O caminho hoje é você ser o que realmente é, conseguir olhar a vida e a sua constituição a partir do que tem de melhor, da potência, da arte e da fala”, comenta.

A favela possui “agendas potentes”, defende Rodrigo Azevedo, coordenador do Observatório de Favelas, na Maré



No “forno” do Observatório, está um novo projeto, chamado de Agência de Narrativas, voltado para a produção de pautas e olhares alternativos sobre a favela. Segundo Rodrigo, a ESPOCC atualmente está sem financiamento, pois “é um projeto caro”, que oferecia não apenas formação, mas ajuda de custo aos cerca de 90 alunos. Outra iniciativa é o “Imagens do Povo”, que reúne registros de fotografos populares — o Observatório ajudou a formar, com a Escola de Fotografos Populares, alguns profissionais renomados e responsáveis por trazer novos olhares sobre a comunidade em que moram, como Ratão Diniz, oriundo da própria Maré. “O nosso conceito de ‘lindo’ não é só a arquitetura, mas a vida e as brechas de felicidade dentro desses espaços”, reflete.

Sobre as constantes operações militares na Maré, Rodrigo conta que vivenciou junto com a comunidade a presença do Exército, entre 2014 e 2015, por conta dos grandes eventos (Copa e Olimpíadas), e não houve resultados. “A militarização é muito ruim pois não resolve nada. Matam-se todos, morrem-se todos, e aí? Isso nunca vai resolver, pois não incide em políticas públicas, mobilidade urbana e direitos”, considera. No dia que conversou com *Radis*, ele havia esquecido a carteira em casa. De um lado, havia a preocupação se levasse uma “dura da polícia”, o que já aconteceu: “Abriram minha mochila e encontraram livros. Perguntaram: ‘Para que isso? Você trabalha onde?’”, conta. Mas de outro, a certeza de que, mesmo sem dinheiro, não ficaria sem almoço: “O lado bom é que aqui você não fica sem almoço, sempre tem um amigo pra te chamar para almoçar”, completa.

ACARI É AQUI

Aquele era o segundo dia após a execução da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada junto com seu motorista, Anderson Gomes, no centro do Rio. Quatro dias antes de sua morte, ela escreveu em sua página no Facebook: “Precisamos gritar para que todos saibam o que está acontecendo em Acari nesse momento. O 41º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está aterrorizando e violentando moradores de Acari”. Nossa entrevista sobre o pré-vestibular comunitário e a visita ao Centro Cultural Poeta Deley de Acari estavam marcadas para a sexta-feira seguinte ao crime (16/3). De manhã, nosso contato informou que não havia operações policiais na comunidade e que poderíamos conversar. Depois de descer pela rua que leva ao Centro Cultural, no bairro da zona norte do Rio, a equipe de *Radis* chegou ao espaço onde no passado funcionou um departamento de polícia, hoje tomado pelo pré-vestibular comunitário e por atividades artísticas e culturais.

Em uma das paredes, um grafite dava o papo: “Informado pela mídia, desinformado é.” Em outro canto, algumas palavras — “Liberdade”, “Paz”, “Amor”, “Luta”, “Fé” — contornavam o esboço de uma favela, em tinta preta. Érika Oliveira, 26 anos, e Rita Ventura, 24, contam que, quando passaram a frequentar o Centro Cultural, ele era bem diferente do que é hoje. As aulas aconteciam apenas em metade do salão e, aos poucos, elas foram se envolvendo com o espaço e dando uma nova cara. Érika é estudante de História da Arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) há menos de um ano; Rita está com a formatura em Geografia prevista para 2018 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), “se não tiver greve”. Ambas moram em Acari e coordenam as atividades do pré-vestibular comunitário que recebe, pelo terceiro ano consecutivo, uma turma de cerca de 15 alunos da comunidade.

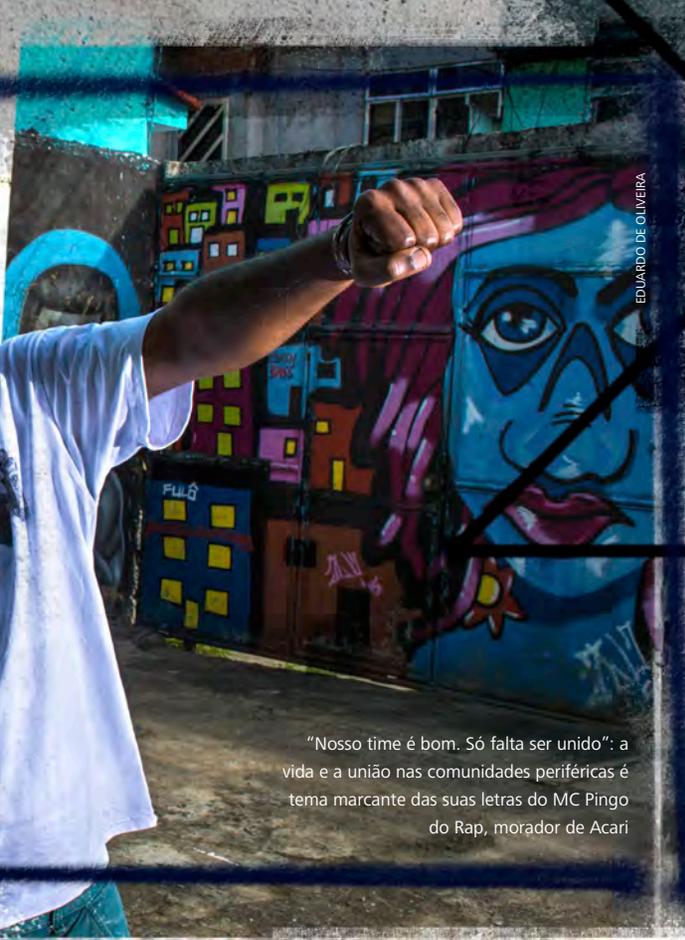
“Geralmente as turmas começam bem cheias e aí vão acontecendo diversas situações que dificultam a permanência dos estudantes. Muitos têm filhos pequenos, ou então trabalham à noite, e ainda tem a questão das operações que dificultam o acesso”, conta Rita, que foi professora desde a primeira turma — a



única que morava em Acari. Todos os professores são voluntários. As aulas acontecem de segunda à sexta, sempre à noite. Já Érika foi estudante da primeira turma, o que rendeu sua aprovação em uma universidade pública; como ela mesma relata com orgulho, a participação na iniciativa fez com que ela “abrisse os olhos” para a própria comunidade em que vive e se envolvesse na luta para que outros jovens também possam ingressar no Ensino Superior. “Eu não tinha tanto contato com a comunidade em que moro. A gente é incentivada o tempo todo a sair e nunca a conhecer o que existe aqui dentro”, relembra.

Entrar em uma universidade não estava nos planos de Érika quando terminou o Ensino Médio e teve de conseguir um emprego para ajudar a família. Voltar a estudar, sete anos depois, foi um desafio, pois ela precisou novamente contar com a ajuda dos pais. “Minha mãe é dona de casa e meu pai sustenta a minha casa. E como é que eu falo para ele que novamente ele vai ter que me sustentar para eu conseguir conciliar os estudos?”, narra. Segundo a estudante, participar do pré-vestibular — primeiro como aluna, depois como voluntária — trouxe para ela solidariedade e ação. Cada aluno aprovado faz com que elas sintam a mesma sensação de vitória. “Eu quero ajudar outras pessoas daqui a terem as mesmas oportunidades que eu tenho”, afirma Érika. “É como se fosse a minha própria aprovação. Quando a gente vê que somos parte de uma vitória que foi dela, mas que também é nossa, é muito empolgante pra gente”, completa Rita.

Para elas, a aprovação em uma universidade pública foi apenas o início de uma luta cotidiana. As constantes operações policiais dificultam a trajetória das estudantes. “A universidade é elitizada. Ninguém quer saber se a gente passa por uma operação policial, se a gente tem dificuldades de três horas para chegar. A gente tem que estar lá na hora da aula, senão somos cortadas da matéria como qualquer outro”, relata Érika. Segundo ela, os professores do pré-vestibular debatem as dificuldades enfrentadas por uma pessoa de uma comunidade periférica para ter acesso ao Ensino Superior. “Várias vezes já perdi aula e avaliações por conta das operações. Alguns professores entendem, mas a grande



EDUARDO DE OLIVEIRA

“Nosso time é bom. Só falta ser unido”: a vida e a união nas comunidades periféricas é tema marcante das suas letras do MC Pingo do Rap, morador de Acari

maioria não compreende as necessidades e as especificidades dos estudantes”, ressalta Rita. Em sua monografia de conclusão de curso, ela estuda a banalização da violência no discurso dos jovens da comunidade. “Eles falam de inúmeras situações que já passaram. Toda vez que a gente sai daqui e está tendo operação, a nossa bolsa é aberta. Perguntam: Para onde você vai? Onde você mora? O que está indo fazer?”, conta.

FORÇA DA FAVELA

“Parece brincadeira, mas tem moleque que nunca saiu daqui para ir no centro da cidade, na praia, cinema ou museu. Essa parada é gravíssima, mano”. A frase é do rapper e produtor cultural, MC Pingo do Rap, morador de Acari, e revela a realidade da exclusão das populações de favela em relação à cidade. “Existe moleque de 10 e 12 anos aqui que é um ótimo desenhista, mas não reconhece isso nele, não sabe o artista que ele é, pela falta de informação. Isso é também falta de acesso à cidade”, reflete. Ele aponta que, ao circular fora da favela, os moradores enfrentam preconceito e racismo. “Toda vez alguém muda de calçada. Está na cor da minha pele, no cabelo, no modo de me vestir. Tem vários amigos meus que até tem condições de ir num restaurante, sair com a namorada pra almoçar, mas eles simplesmente não vão porque não sabem como vão ser recebidos. As pessoas te veem no ônibus e seguram a bolsa mais forte”, relata.

Por onde passa nas ruas de Acari, Pingo é reconhecido como “o MC”. Ele foi integrante do grupo Força do Rap, que fez sucesso na geração do funk carioca dos anos 1990, e hoje é um dos coordenadores das atividades artísticas e educativas do Centro Cultural. “A favela transpira arte o tempo todo. Tanto que a pista quer falar igual a favela. Os gringos querem entrar e fazer dela um lugar turístico”, comenta. Em uma de suas letras recentes, na música “Quebra-cabeça”, ele expressa o tema da discriminação sofrida pelas populações de favela: “O que tu acha? / Promover a paz com sangue? / Mostrar que acha o nosso povo ignorante /

“

**A FORÇA DO ESTADO
É AO MESMO
TEMPO AUSENTE
E OPRESSORA”**

[MC Pingo do Rap]

Até concordo que não somos estudados / Mas achar que somos burros, aí já pegou pesado.” Para manter as atividades do Centro Cultural, ele conta que os voluntários se viram “na cara e na coragem”. “Nós não temos ajuda de nenhum órgão governamental ou privado. É cada um doando o seu tempo, dando tudo de si e do seu conhecimento, para fazer isso aqui respirar”, destaca.

Na conversa, ele narra a influência da avó em sua formação, que também aparece em suas letras: “A criação que eu tive eu acho que deu certo. / Ai que vontade de ter minha avó por perto”. Aos 39 anos, Pingo conta que já trabalhou vendendo bala no sinal e muito cedo descobriu a música. A vida na favela sempre esteve presente em sua arte e marcou a trajetória do menino de Acari que fez sucesso com o funk e hoje vive em sua comunidade como um artista que luta para garantir o acesso dos moradores à cultura. “Desde que favela é favela, sempre foi isso aqui que você está vendo. Antigamente era o barro nas ruas, hoje é o esgoto a céu aberto, as doenças negligenciadas. Nós sofremos todos os tipos de violência aqui, mano. Por que tem tantas doenças? Nossa água é totalmente potável? Barracos de madeira na beira do rio faltando luz?”, questiona. E completa com uma frase emblemática: “A força do Estado é ao mesmo tempo ausente e opressora”

Para ele, todo o grito do favelado é tratado na “lei do chicote”. “Hoje você não pode nem denunciar a violência que a favela sofre. Se você fala, você paga com a vida”, pontua. Em sua camiseta, produzida pela estamparia Faveleira que funciona no segundo andar do Centro Cultural, estava grafado um provérbio africano: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Dois dias depois do assassinato da vereadora Marielle Franco, não era possível silenciar sobre o tema. “Eu conheci a Marielle. Nós tocamos num bloco, ela já esteve em algumas rodas de funk. É a lei do chicote. Você tem que apanhar e ficar calado. Não é só em Acari, é em qualquer favela Brasil afora. Sempre que alguém tem essa coragem de colocar a cara e comprar a briga, de alguma forma é calado”, reflete. Mas ele considera que esse tipo de “mordada” não vai calar a força da favela e das ruas. “Como alguém da cultura popular e periférica, que está dentro de um Centro Cultural, tentando fazer o melhor, só posso dizer que continuo na luta”, completa. Para Pingo, a poesia da favela nunca vai se render.

POR TRÁS DA CAPA...

Uma criança pergunta para Thiago: “Tio, quando vai ter oficina pra gente pintar?” O artista de 25 anos, morador da comunidade Boa Esperança, na região do Caju (RJ), é reconhecido nas ruas do lugar onde vive como o “cara do grafite”. Na realidade, uma coincidência torna a sua trajetória ainda mais inusitada, pois ele segue os passos do pai, Ivan, também grafiteiro. Enquanto ele assina “Taif” nos muros, o pai é conhecido como “Taip”: “Tal pai, Tal filho”. “Para completar, a gente faz aniversário no mesmo dia e no mesmo mês”, conta, sorrindo. Thiago Taif conheceu o grafite ainda criança e se fascinou. Já participou de eventos, ministrou oficinas, visitou a França e, mesmo levando sua arte para outros espaços, como galerias, ele não cansa de dizer: “O grafite na realidade é da rua”. Por seis anos, foi militar da Aeronáutica, mas hoje sonha em viver de sua arte. “O que me cativa mais é o olhar das crianças, dos adultos e dos idosos quando estou fazendo grafite. Aquela comunicação visual que eles têm com a arte e as cores toca de certa forma”, reflete. Thiago Taif aceitou o convite de *Radis* para ilustrar a capa desta edição e, junto com seu amigo e parceiro, Diego Aze (de Niterói, RJ), pintaram o muro no entorno de uma praça na favela do Caju. O trabalho contou ainda com o apoio do designer Felipe Plauska e do fotógrafo Eduardo Oliveira, da *Radis*. “Quando você traz arte para essa comunidade, que não tem ou perdeu essa visão, as pessoas olham para você como um líder, um exemplo”, completa Thiago.



EDUARDO DE OLIVEIRA

ENTREVISTA | Jaílson de Souza e Silva

SOU FAVELADO COM ORGULHO

Da laje de sua antiga casa, na favela da Maré, Jaílson de Souza e Silva perguntava aos visitantes: “O que seus olhos veem?” Para uns, um amontoado de pobreza e carências. Para outros, vidas em sua potência. Superar a visão da precariedade por outra que batizou de “paradigma da potência” passou a ser o trabalho e a razão de vida desse geógrafo formado em universidade pública, com mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e atualmente professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). “Pensar a favela a partir de suas potências é romper com o discurso da ausência e da carência e tentar ver o que ela tem”, defende, em entrevista à *Radis*. Nascido em uma comunidade de Brás de Pina, na zona norte do Rio de Janeiro, e ex-morador da Maré, o filho de migrantes nordestinos foi um dos fundadores do Observatório de Favelas, em 2001, junto com um grupo de amigos. No horizonte, estava o desejo de formar pesquisadores locais nas favelas e ampliar os olhares sobre esses espaços, vistos de fora com estigmas e preconceitos. Um de seus livros, “Por que uns e não outros?” (Editora 7 letras, 2003), oriundo de sua tese de doutorado, aborda a luta de jovens de favela para acessar a universidade. “Qualquer forma de regulação do espaço público nas favelas tem que ser a partir da participação de seus moradores, principalmente de seus jovens”, destaca.

Como a favela marcou sua trajetória afetiva e intelectual?

A minha tese de doutorado — “Por que uns e não outros?” — tem muito a ver com a minha trajetória. Eu sou membro de uma família da periferia do Rio de Janeiro, filho de migrantes nordestinos e fui o primeiro descendente da minha avó, entre filhos, netos e bisnetos, a entrar na universidade. Definitivamente, a minha geração de periferia tinha uma dificuldade muito grande de chegar à universidade. Discutir isso e por que alguns de nós conseguiram, a partir de que estratégia, era o eixo central do trabalho. Eu morava na favela quando entrei na UFF. Sou favelado e tenho orgulho de ser favelado. Eu ascendi social e economicamente, mas essa é minha origem, essa são as minhas diferenças. A partir disso fui construindo formulações distintas da maioria dos intelectuais e pesquisadores que pensam as práticas sociais. Eu trabalho tentando basicamente entender por que as pessoas agem como agem, pensam como pensam no âmbito do urbano. Participei de várias organizações e, em 2001, fundei junto com o Jorge Barbosa, um amigo que também é professor da UFF, o Observatório de Favelas.

Qual é a visão que se tem da favela de fora dela?

O pressuposto do Observatório de Favelas e da minha tese de doutorado era fazer a crítica a uma representação muito difundida em que a favela é pensada a partir de um paradigma da ausência, da precariedade. A favela é definida sempre a partir do que não seria. Seja a definição do Ministério das Cidades de “assentamento precário”, seja a definição do IBGE de “aglomerado subnormal”, seja a definição da mídia em geral como “comunidade carente”, a favela sempre tem substantivado o que seriam as suas carências, as suas precariedades. Há uma leitura sobre a paisagem dentro

da favela e nela só se vê a partir de uma visão que eu chamo de sociocêntrica: aquilo que não está dentro da normalidade, da organização formal, que seriam os espaços das classes mais ricas, das classes dominantes.

Como esse modo de “ver a favela” define as políticas urbanas e a forma como o poder público se relaciona com seus moradores?

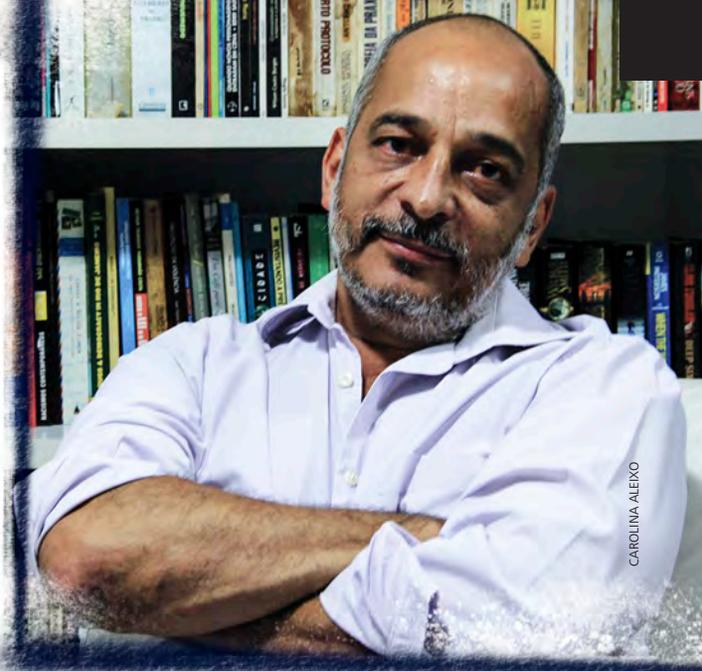
Esse paradigma da ausência e da carência define uma forma de pensar a favela e suas políticas públicas a partir sempre de um processo sistemático de precariedade. É muito comum se fazer uma praça dentro da favela sem nenhum tipo de manutenção. Seis meses depois ela está destruída e responsabiliza-se os moradores por aquela falta de manutenção, por aquelas condições. Ao mesmo tempo em que se fazem projetos de grande envergadura em áreas nobres da cidade e outros muito pontuais e localizados, como as chamadas Lonas Culturais, dentro das favelas cariocas. Historicamente foi se produzindo uma política em que sempre eram destinados à favela os espaços de menos investimentos. Existe uma lógica profundamente perversa de utilização dos recursos públicos, em que a maior parte vai para as áreas mais ricas, o que só favorece ainda mais a sua valorização.

Como essa “seletividade” se reflete na política de segurança pública, que encara a favela apenas como “espaço do crime”?

O desafio fundamental é como a gente constrói políticas públicas para as favelas que reconheçam seus moradores como cidadãos plenos. Em particular no campo da segurança pública, isso é mais complexo, pois as grandes cidades brasileiras trabalham com a ideia de “cidadela”: proteger e garantir as regras em determinado espaço da cidade, das classes dominantes, e a imensa maioria das periferias e favelas ficam entregues a um processo de privatização da regulação do espaço público. E aí as facções criminosas, o tráfico de drogas e as milícias terminam definindo as formas de controle desse espaço. A partir daí, surgem formas de combate por parte do Estado e de incursões em que se gera um processo de guerra do extermínio. Vivemos um círculo vicioso. O Estado não cumpre efetivamente o seu papel de regulador do espaço público de toda a cidade, esse processo faz com a regulação seja privatizada, essa privatização gera grupos criminosos específicos, principalmente traficantes de drogas, que são combatidos a partir da lógica do extermínio pelas forças de segurança do Estado, tornando a vida um inferno e absolutamente perigosa e precária. Ocorre um processo perverso em que os moradores das favelas são profundamente atingidos pela incapacidade do Estado de produzir efetivamente uma política para eles.

Como a favela pode se afirmar como espaço de resistência, criatividade e luta por direitos?

A forma que a gente tem de enfrentar isso e que construímos com a organização foi o que a gente chama de “paradigma da potência”. Pensar a favela a partir de suas potências é romper com o discurso da ausência e da carência e tentar ver o que ela tem. Certa vez uma amiga foi na minha casa, na Maré, ela nunca tinha entrado na favela, chegou no terceiro andar e falou: “É muito feia, né?” Eu falei: “Feios são seus olhos domesticados que não conseguem perceber quantos tipos de beleza têm aqui”. A vida, a beleza da solidariedade, a invenção de brincadeiras as mais diversas, a capacidade dessas pessoas produzirem novas formas de regulação do espaço público, a festa, a intensidade, a alegria que muitas vezes se faz presente por causa do número imenso de jovens e crianças. É um conjunto de belezas que você não reconhece porque está acostumado a pensar a beleza a partir de critérios mais formais. É a mesma coisa que se faz quando a polícia e o Exército entram e só veem ali o que há de risco.



CAROLINA ALEIXO

Especialmente porque estamos falando de uma população negra, que são basicamente pretos e jovens, os mais estigmatizados no espaço urbano.

Como as práticas e saberes populares podem ressignificar os espaços da favela?

O desafio principal é afirmar essa potência. Afirmar essa capacidade de invenção, de criação cultural que permeia a vida cotidiana dos moradores das favelas, especialmente da juventude. Por isso, não é casual que existam tantos projetos da juventude nas favelas e que produzam tanto impacto do ponto de vista da cultura e das atividades artísticas da cidade. Hoje o funk, o hip hop, o grafite, o passinho e tantas outras manifestações cada vez mais se tornam centrais. Então é um equívoco pensar as favelas como espaços periféricos. Cada vez mais as periferias se tornam centros. Elas assumem um lugar central de representação e configuração da cidade. Qualquer forma de regulação do espaço público nas favelas tem que ser a partir da participação de seus moradores, principalmente de seus jovens. O erro fundamental das UPPs [Unidades de Polícia Pacificadoras] foi a preocupação em controlar mais o espaço do que garantir o direito de seus moradores à segurança pública. Os comandantes queriam ser os novos “donos” das favelas e isso efetivamente não permitiu que elas se sustentassem.

Qual é o impacto da intervenção militar na vida de quem vive nas favelas?

A intervenção na Maré [abril de 2014 a junho de 2015] foi muito impactante, foi muito forte. Houve a presença ostensiva de mais 2 mil homens das Forças Armadas gastando mais de R\$ 600 milhões e nesse processo ela se revelou um verdadeiro fracasso. Mesmo com a presença das Forças Armadas, os jovens traficantes estavam lá, agindo, e principalmente se fortaleceram mais ainda após a sua saída. Esse tipo de intervenção militar é a 13ª que nós vivemos no Rio de Janeiro, é um engodo, não tem nenhuma eficácia, nenhuma eficiência, viola o direito dos moradores em geral e trabalha principalmente com a lógica de guerra, que não cabe na segurança pública. A segurança pública não pode ser guerra. Tem uma necessidade de fazer um trabalho de inteligência, a longo prazo, que respeite o direito à vida de todos (dos moradores, dos agentes de segurança e dos próprios jovens criminosos) e que não tenha a lógica de extermínio como seu eixo de atuação. Essa intervenção é antes de tudo uma estratégia política. Não está no campo da segurança pública. E o objetivo é principalmente melhorar a popularidade do governo federal, mais do que qualquer outra coisa. Então ela é inaceitável. (LFS)



Alvo: 56% dos brasileiros concordam que a morte violenta de um jovem negro choca menos do que a morte de um jovem branco

VIDAS QUE NÃO IMPORTAM?

Sob argumento de combate à violência,
Estado mata jovens negros e pobres

BRUNO DOMINGUEZ

12 DE MARÇO, 10H DA NOITE

Matheus Melo de Castro voltava para casa, em Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro, depois de participar de um “refúgio” — espécie de reunião de jovens — da Igreja Evangélica Missão da Fé, em que era “obreiro”. No meio do caminho, na Avenida Dom Hélder Câmara, havia uma viatura. Matheus foi ao chão ao ser atingido por dois tiros, em um braço e no tórax. Testemunhas afirmam que os disparos partiram dos policiais, que não teriam dado ordem para ele parar a moto que pilotava. Ainda vivo, foi socorrido por desconhecidos que passavam pelo local; levado em uma “burrinha” — carrinho de mão — até uma Unidade de Pronto Atendimento. Mais de cem pessoas, entre familiares e amigos da igreja correram até a UPA, em vigília, mas Matheus não resistiu. Tinha 23 anos, morava com os pais, namorava e era agente de coleta seletiva da Fundação Oswaldo Cruz desde 2013.

O comando da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Manguinhos divulgou nota, no dia seguinte, afirmando que “policiais foram informados de que Matheus Melo de Castro teria sido baleado” e que “o caso está sendo investigado pela Divisão de Homicídios”. “Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da Polícia Militar. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, tuitou a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco no dia 13. Em todo lugar que ia, ela dava nome a essa guerra: guerra aos pobres e aos negros.

Sete em cada dez pessoas assassinadas no Brasil são negras como Matheus. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado, somando 63 vidas negras perdidas pela violência letal em um dia ou 23 mil em um ano, de acordo com a campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas em novembro de 2017. “Tantas mortes de jovens negros que vivem em favelas e periferias terminam sendo banalizadas e naturalizadas. É como se a vida de um jovem negro valesse menos do que a de um jovem branco, morador de áreas mais nobres da cidade”, compara em artigo Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, que por três anos organizou a campanha Jovem Negro Vivo. Pesquisa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Senado Federal confirma que essa não é só uma impressão: 56% da população brasileira concordam com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”.

No dia 10, Marielle já alertava que o 41º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que cobre os bairros de Irajá, Pavuna, Vicente de Carvalho e Costa Barros, estava aterrorizando e violentando moradores de Acari. “Precisamos gritar para que todos saibam o que está acontecendo. Nessa semana dois jovens foram mortos e jogados em um valão. Hoje a polícia andou pelas ruas ameaçando os moradores. Acontece desde sempre e com a intervenção ficou ainda pior”, escreveu, adicionando a hashtag “vidas nas favelas importam”.

Mais cedo, Marielle já havia republicado um relato da página do coletivo Fala Akari segundo o qual, na manhã

daquele sábado, policiais entraram na comunidade, por volta das 6h, atirando e cercando a favela toda com três caveirões. “Disseram que não iriam permitir que ocorresse o baile, logo mais à noite. Quebraram portões de moradores. Invadiram muitas casas sem o menor critério e fotografaram a identidade de moradores. Andavam pelas ruas gritando que tinham vindo para tacar terror, sim, com essas palavras. Disseram também que não queriam matar “só bandido não”. E queriam levar almas, eles disseram. Atiravam para o alto, atiravam na casa dos moradores, atiravam em cima de nós também. O dia foi de muito medo, desespero, terror”, narrou quem estava lá.

“O 41º Batalhão é conhecido como ‘Batalhão da Morte’. É assim que sempre operou a Polícia Militar do Rio de Janeiro e agora opera ainda mais forte com a intervenção. Chega de esculachar a população. Chega de matar nossos jovens”, bradou a vereadora, recém-eleita relatora de uma comissão criada na Câmara de Vereadores do Rio para acompanhar a intervenção federal na segurança pública. O mandato de Marielle tinha como uma das marcas o combate à violência policial, que ela testemunhou desde pequena ao crescer na favela da Maré. “Esse medo, esse desespero, corta na nossa carne a iminência de um confronto”, avaliou, em fevereiro, em entrevista à agência Pávio, tratando a ocupação militar nas comunidades como a “mão do Estado que controla os corpos de faveladas e favelados”.

14 DE MARÇO, 10H DA NOITE

Marielle Franco voltava para casa, na Tijuca, depois de participar da roda de conversa “Jovens negras movendo estruturas”, que organizou na Casa das Pretas, espaço de convivência localizado na Lapa, bairro do centro do Rio. O que havia no caminho, a essa altura, o mundo inteiro sabe.

Execução de Marielle e Anderson levou milhares às ruas por investigação imparcial e pela defesa dos direitos humanos

REPRESSÃO OU DISCRIMINAÇÃO?

Os integrantes do Procedimentos Especiais, maior órgão de especialistas independentes em monitoramento dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), emitiram comunicado em 26 de março, no qual, além de pedirem a realização de uma investigação rápida e imparcial do assassinato de Marielle e do motorista Anderson Pedro Gomes, criticaram a intervenção no Rio. “Segurança pública não deve jamais ser feita às custas de direitos humanos”, afirmaram. E completaram: “Respostas repressivas que miram e marginalizam pessoas pobres e negras são inaceitáveis e contraproduzidas”.

Na análise do delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Orlando Zaccone, uma das principais características das polícias no Brasil é justamente o uso da força contra a população negra e periférica. “A polícia sempre violou casas das favelas. Sempre teve carta branca para matar negros e favelados. A intervenção é a tentativa de institucionalizar essa barbárie velada”, disse, na abertura do ano letivo do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em 12 de março.

Para Zaccone, o que legitima hoje a “política de extermínio e de encarceramento em massa” da juventude negra, como ele mesmo define, é a guerra às drogas. “A proibição das drogas autoriza que canhões e fuzis sejam apontados para as favelas. Reforça a imagem construída de que quem mora ali é inimigo, dentro do conceito de vidas matáveis, ou de vidas indignas de serem vividas”, observou, citando artigo dos alemães Karl Binding (especialista em direito penal) e Alfred Hoch (professor de ética médica) que serviu de base para as políticas de higiene racial da Alemanha nazista.

Jurema também destaca que “os estereótipos negativos associados à juventude e à pobreza e, junto com eles, o racismo, fazem com que não se dê a resposta adequada e necessária” à questão. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%. “As políticas de segurança pública marcadas por operações policiais são focadas na repressão e no enfrentamento, e não na preservação da vida. Trata-se de uma força policial militarizada, que vê os jovens, em especial os negros e os moradores de favelas e periferias, como potenciais inimigos que devem ser combatidos”.

Socióloga e ativista do Movimento Resistência Cidade de Deus, Vivi Salles alertou na aula para a contribuição da grande mídia na construção dessa narrativa de que os moradores das favelas são inimigos. Daí destacou a importância do surgimento de coletivos de comunicação e mobilização popular dentro das comunidades.



**CHAPA QUENTE NO COMPLEXO DO ALEMÃO,
CRIANÇA SANGRANDO, MÃE GRITANDO E CHORANDO,
AGARRADA COM O CARRINHO DO BB, SENTADA NO CHÃO.**

**E UMA TIA QUE SEMPRE ORANDO, COM SEUS JOELHOS
TAMBÉM EM ALGUM CHÃO, AGORA DEITADA, PERDE SEU
SANGUE E AGONIZA EM MEIO A MULTIDÃO.**

**AQUELE TIO QUE CHEGAVA DO TRABALHO CANSADO,
ENTROU NA MIRA E FOI ATINGIDO, MORRENDO EM
SEGUIDA, AO SER BALEADO.**

**QUE ESCULACHO!
DO MAIS NOVO À VELHA GUARDA,
ELIMINADOS.**

**CHORAMOS, GRITAMOS, MAS ESTÁ ACABADO.
SÓ NOS RESTA RESISTIR E TENTAR EVITAR,
QUE SEJAMOS NÓS O PRÓXIMO ALVO.**

**TERRÍVEL PENSAMENTO,
TER DE SEGUIR SOBREVIVENDO,
EM MEIO AO SOFRIMENTO,
DE QUEM NÃO DEVERIA DESTA FORMA SOFRER.**

**DE NOSSOS MORTOS,
NÃO DEVEMOS ESQUECER.
SOU DE FAVELA,
QUEREMOS VIVER!**

**RAULL SANTIAGO, COLETIVO PAPO RETO
facebook.com/ColetivoPapoto**

O Papo Reto é uma dessas experiências. Coletivo de comunicação independente criado em 2014 por jovens moradores dos Complexos do Alemão e da Penha, divulga pelo Whatsapp e pelo Facebook notícias de dentro do morro — eventos, protestos, reivindicações, alertas de confronto. “Para a grande mídia, tudo o que acontece na favela está relacionado ao tráfico. Mas em apenas um mês os moradores da nossa comunidade ganharam 26 medalhas — do Mundial de Judô ao concurso de melhor barbeiro do Rio. Se a gente não fala disso, ninguém mais vai falar”, avalia o museólogo e capoeirista Thainã de Medeiros.

O coletivo segue a metodologia do “nós por nós”, que para Thainã é uma das características da vida nas favelas. Se o Estado não provê água, eu chamo um vizinho encanador. Se o Estado não me fornece luz, chamo um vizinho eletricitista. Se não tem creche, deixo meu filho com um vizinho enquanto trabalho. Na comunicação, já que o dia a dia da comunidade não ganha os jornais, os próprios moradores se comunicam em um chat sobre o “zilhão de coisas” que acontece a sua volta. “Nosso papel como comunicadores é fazer a curadoria dessa conversa orgânica, um recorte”, explica ele à *Radis*. A violência está sempre presente no papo, principalmente na forma de alerta para evitar as ruas durante troca de tiros.

Morador do Alemão, Thainã já viveu sob ocupação militar — tropas federais ocuparam o morro em 2010. “Prometeram que íamos ter paz duradoura, mas o que tivemos foi medo durador”, lembra. O barulho de tiro diminuiu, diz ele, mas o silêncio aparente nas ruas escondia outras violações: invasões de casas, assédio às mulheres, tortura.

PAZ OU SILENCIAMENTO?

“Paz sem voz não é paz, é medo”, cantou a banda O Rappa. E a voz do Fala Akari, que atua denunciando as violações de direitos na Favela de Acari, está ameaçada. Procurado pela reportagem da *Radis*, um integrante do coletivo relatou medo de se pronunciar. Uma coletiva de imprensa chegou a ser marcada para 26 de março, mas foi cancelada por questões de segurança. Em nota, o grupo informou que alguns integrantes acharam prudente se afastar do território, diante de diversas ameaças, mas sem deixar de continuar apontando os abusos na região, em especial os do 41º Batalhão.

“Sofremos com a política genocida e racista praticada pelo 41º BPM e seguimos denunciando suas práticas ilegais. Afirmamos haver um genocídio do povo negro. O pretexto de guerra às drogas resulta na criminalização das favelas, não só sob responsabilidade deste batalhão, mas de toda a cidade”, diz o texto. O 41º Batalhão foi criado em junho de 2010 e logo se tornou o mais letal do estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto de Segurança Pública, desde 2011 a unidade soma 567 homicídios em supostos confrontos. Em janeiro deste ano, 41% das mortes violentas na região de Irajá, Pavuna, Vicente de Carvalho e Costa Barros foram de autoria dos policiais ali lotados.

O coletivo denuncia não só as execuções, mas um “combo de abusos” nas incursões, com invasões a domicílios, furtos de pertences pessoais, depredação de patrimônios dos moradores e a prática da “tróia” — ato de se esconder em alguma casa para efetuar disparos sem que ninguém suspeite de presença policial no local. A impunidade é outro fator que alimenta o ciclo da violência: apenas 8% dos homicídios viram um processo judicial, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça.



AGÊNCIA BRASIL

Portas fechadas: ausência de acordo da sociedade sobre forças policiais gera medo e insegurança

GUERRA ARTIFICIAL

Professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, a antropóloga e cientista política Jacqueline Muniz resumiu esse cenário com didatismo em debate promovido pelo Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN), na Fiocruz, em 9 de março: “Existe um circuito perverso de fabricação artificial de crises de segurança pública. O Estado mente que há uma guerra, mas não há uma guerra concreta porque não tem exército do lado de lá. Assim, não há vitória nem derrota, e a população se mantém enganada em uma cortina de fumaça”.

Jacqueline foi diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública do Ministério da Justiça e atuou como coordenadora setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos e como diretora da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ela participou em 2003 da elaboração da proposta de criação de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi então engavetado e só voltou a ser discutido após o anúncio da intervenção. O texto, que visava estabelecer uma estrutura federativa, acabou mudado para basicamente cancelar operações policiais continuadas.

A antropóloga opõe o conceito de segurança – pública, de todos para todos – ao de proteção – particular, paga por alguns. Na Constituição de 1988, diz, em vez de enfrentarem a reforma da segurança pública, estruturarem e organizarem as forças, valorizarem os profissionais da polícia e democratizarem os mecanismos de controle interno e externo, os deputados procuraram a via mais fácil, da sustentação indefinida de ameaças. “A Constituição avançou em muitos aspectos, menos

na segurança pública. Reproduziu o que havia nos anos de chumbo. Não há normatividades, não há definição do que se pode e não se pode fazer. Se não estão escritos e publicizados os métodos e procedimentos, como podemos controlar as polícias? Como podemos saber se estão atuando mais ou menos, bem ou mal?”

A sociedade brasileira, na opinião de Jacqueline, passou um “cheque em branco”, deu um “mandato em aberto” para as forças policiais. A promessa de proteção levou à adesão de acordos precários, que incluem a exclusão social e afirmativa – o muro, a cancela, o guarda do condomínio, o cercadinho VIP. Diante da ineficácia para prover a segurança de todos, se introduziu o medo como conselheiro, a violência como moeda de troca e o terror como horizonte. “Tudo passou a ser visto como ameaça: a favela, o jovem negro, o cabelo com dread.”

A antropóloga indica que a intervenção no Rio de Janeiro não surgiu do nada; e, sim, foi recebendo autorizações no cotidiano. “Houve um clamor para ‘alguém’ fazer ‘alguma coisa’. Mas ‘alguma coisa’ não é ‘qualquer coisa’, feita por ‘qualquer um’, porque segurança diz respeito às nossas vidas”, observa. Jacqueline lembra que a polícia foi inventada nas democracias para substituir a presença do Exército nas ruas e garantir os direitos individuais, e não para violentá-los.

Os abusos por parte das forças policiais minam a confiança da população e elas vão se tornando estrangeiras em seu próprio território. Quando o soldado passa nas favelas, as portas vão se fechando, as pessoas olham com medo, não há um reconhecimento de sua legitimidade, observa. Jacqueline conclui que o “consentimento” — o sentir junto — é o que distingue a polícia como recurso democrático a sustentar os direitos individuais de bandos armados a mais, criminosos ou com nome de polícia. “Quem não sente a dor dos outros e abandona a dor de si não é capaz de pensar ou produzir segurança.”

Liseane Morosini

Na varanda da casa de poucos cômodos, o pernambucano Moisés Nascimento ouve as recomendações da equipe de saúde. Vez por outra responde com a voz abafada pela máscara protetora para evitar a contaminação do Bacilo de Koch, bactéria da tuberculose que se desenvolveu em seus pulmões.

Tempos atrás, a doença primeiro levou seu avô, depois seu pai. A mãe Solange e a avó Clarice acompanharam de perto o sofrimento e não querem ver a história se repetir. Para não morrer da mesma forma, Moisés tem consciência do único caminho a percorrer: fazer o tratamento gratuito prescrito pelo SUS até o final, e seguir as orientações dos profissionais da Unidade de Saúde da Família (USF) Sítio das Palmeiras, que fica no bairro dos Torrões, onde mora no Recife.

Moisés é papelheiro e, antes da doença, sobrevivia fazendo pequenos biscates. No final de 2015, com tosse recorrente, cansaço e perda de peso, confirmou o diagnóstico. Seguindo o protocolo padrão, o tratamento indicado duraria seis meses. Mas, como tantos doentes em condição de extrema vulnerabilidade, ele começou a se sentir bem e parou de tomar os comprimidos de antibióticos que matam a bactéria em seu estágio inicial. Como não estava curado, a doença voltou mais forte e o retratamento será de no mínimo um ano e meio.

Aumentar a adesão ao tratamento é um desafio para os serviços de saúde em geral, já que o abandono deixa a bactéria mais resistente aos antibióticos, dificultando a cura. Para Moisés, além dos comprimidos, agora há também injeções que são fornecidas pelo Hospital Otávio de Freitas, referência estadual para atendimento de pacientes com tuberculose. O tratamento é forte, provoca reações adversas, e por isso é importante que o doente se sinta amparado. "A família apoia, e isso é importante. A gente está aqui também como família deles. Temos que ter um papel bem ativo e próximo", recomenda a médica Fabiana Alheiros, que integra a equipe da USF Sítio das Palmeiras.

SITUAÇÃO VULNERÁVEL

A tuberculose é uma doença infecciosa, transmitida por uma bactéria que afeta principalmente o pulmão e pode atingir também laringe, ossos, pleura, pele e sistema nervoso, entre outros. A forma pulmonar é a que mais preocupa a saúde pública, já que o contágio ocorre quando o doente espirra, tosse ou fala. Fortemente associada à pobreza, a doença tem suas chances de propagação entre aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua ou vivendo com o HIV, além de indígenas e presidiários.

Moisés se enquadra nos padrões de vulnerabilidade. O bairro dos Torrões, onde ele mora, é uma zona empobrecida, com alto déficit de saneamento e com muitos moradores vivendo em condições precárias. Felizmente, a casa de Moisés tem janelas e recebe a luz do sol, como a reportagem da *Radis* pode verificar, quando acompanhou a visita da equipe de saúde, em novembro de 2017. Vilma Guedes, enfermeira de família e então coordenadora Distrital de Tuberculose, disse que esse é um ponto positivo no caminho de cuidado e cura de Moisés, já que o bacilo se desenvolve melhor em locais úmidos, pouco iluminados e ventilados naturalmente, e também em ambientes superlotados.

Agente comunitária de saúde, Mitiam Alcenir acompanhou de perto a história de perdas protagonizada por Moisés e sua família, na luta contra a tuberculose. "Olha, eu não queria perder mais um", desabafou, informando que ele já é considerado multidrogaresistente [TB-MDR]. "É um paciente que vai todo dia à unidade e vem sendo acompanhado clinicamente", contou, sem perder a esperança na possibilidade de cura. "Estamos fazendo de tudo para que ele se recupere. E ele vai se recuperar".

Em Pernambuco, desde 2011, existe o Programa Sanar, da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE), cujo objetivo é controlar e reduzir os índices



ATEN

ICÇÃO TOTAL

Em Pernambuco, programa se aproxima da rede de saúde primária para tentar frear o avanço da doença



TUBERCULOSE. É BOM SABER

O QUE É?

Doença contagiosa, curável, mas até fatal se não for tratada adequadamente.

QUAIS SÃO OS SINTOMAS?

Tosse por mais de 3 semanas / Cansaço fácil / Febre / Falta de apetite / Perda de peso / Suor noturno

COMO É TRANSMITIDA?

Pelo ar. Quando o doente tosse, fala ou espirra, espalha gotículas no ar contendo o micróbio da tuberculose (Bacilo de Koch). As pessoas respiram e o micróbio penetra no organismo.

O QUE ELA AFETA?

Os pulmões, mas pode ocorrer em outras partes do corpo.

A TUBERCULOSE TEM CURA?

Sim, se o tratamento de seis meses for feito até o final. Depois de um mês, os sintomas desaparecem. Mas não quer dizer que há cura.

COMO EVITAR A TRANSMISSÃO?

Cubra sempre a boca e o nariz quando tossir ou espirrar e mantenha sua casa aberta, com luz do sol e ar entrando pelas janelas.

ONDE BUSCO AJUDA?

Procure o serviço de saúde mais próximo para realizar o exame de escarro (baciloscopia).

COMO É O TRATAMENTO?

É todo feito no SUS. Os comprimidos são gratuitos. A pessoa deve ingerir os comprimidos diários e fazer visitas regulares à unidade de saúde.

POSSO INTERROMPER O TRATAMENTO?

Não. O abandono ou uso irregular dos medicamentos podem tornar o bacilo mais resistente e estender o tempo de tratamento.

Fonte: Programa Sanar/PE; Ministério da Saúde

da doença. O foco do programa é o enfrentamento de doenças negligenciadas, com atenção direcionada. Além da tuberculose, engloba a hanseníase, esquistossomose, geo-helmintíase, filariose, leishmaniose visceral, doença de Chagas e tracoma. Para a SES-PE, o estado inova com o Sanar, já que a política prevê enfrentamento das doenças de forma integrada. “Pernambuco tem índices inaceitáveis dessas doenças e precisamos mudar esse cenário. Na tuberculose e hanseníase, o Sanar é uma ação complementar aos programas, e atua no processo de trabalho de municípios considerados prioritários, com mais de 50 mil habitantes”, explica Alexandre Menezes, então coordenador do programa.

Ele informou à *Radis* que o Sanar integra ações de vigilância epidemiológica, controle vetorial, apoio laboratorial, assistência aos pacientes e educação e comunicação em saúde de diversos setores das secretarias estadual e municipais, além das gerências regionais de saúde. “Normalmente, as gestões estaduais são muito próximas dos coordenadores dos programas. O Sanar vai muito além disso”, observou, explicando que a equipe do projeto trabalha diretamente na unidade de saúde verificando se há condições para ela exercer o seu papel, no que diz respeito a fazer buscas de doentes, tratar casos até o final e evitar ou diminuir o abandono no tratamento — seja de tuberculose ou de hanseníase. Isso, segundo ele, amplia o que é feito pelas demais políticas estaduais.

Além das ações de rotina executadas pelos programas específicos, o Sanar faz atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos, e de capacitação dos profissionais. Segundo Alexandre, a metodologia permite que a equipe técnica dialogue com os profissionais que estão em campo, verifique como está o processo de trabalho e realize o treinamento sobre a vigilância dessas doenças. “Nós falamos sobre quais são os procedimentos de cada doença, que protocolos devem ser seguidos, verificamos se há ou não condições de o diagnóstico ser feito na unidade”, exemplifica. Ele avalia que o resultado do trabalho traz ganhos para todos. “É muito bom para o município e para a coordenação estadual de tuberculose saberem o que acontece nas unidades. Isso faz com que as pessoas sejam melhor acompanhadas pelos profissionais que atuam ali”, justifica.

Radis também acompanhou uma visita técnica da equipe do Sanar à Unidade de Saúde Caetés I B, no município de Abreu e Lima, situado na região metropolitana do Recife. Durante uma manhã, a enfermeira Marília Barros Gomes conversou com integrantes de uma equipe de saúde da família para fazer o assessoramento técnico, e aplicou um longo questionário para investigar, entre outras questões, se houve aumento de casos novos e como estava o tratamento dos pacientes registrados nas UBS. Ela estimulou a busca ativa de contatos de pacientes com tuberculose e reforçou a necessidade da atenção

integral às pessoas. “Nós precisamos saber o que o paciente encontra na unidade, quais são as condições, se a equipe está preparada para recebê-lo, se é possível realizar exames de como é o encaminhamento”, relatou Marília.

As informações colhidas nas unidades geraram um relatório em cada um dos municípios, contendo recomendações para a melhoria dos programas. A enfermeira explicou que uma segunda visita é feita três a quatro meses depois do primeiro contato, quando a equipe do Sanar verifica se as demandas e problemas apontados foram solucionadas. “Esse monitoramento é importante para a gente observar se as demandas apresentadas anteriormente foram resolvidas. Percebemos que esse é o tempo que o município precisa para se organizar. As questões laboratoriais geralmente têm muitos entraves”, exemplifica. “Depois, a gente sai do município, mas a ideia é que eles continuem com os protocolos”, disse.

NÚMEROS ALTOS

Dos 141 municípios pernambucanos prioritários selecionados pelo programa (76% do total), 15 recebem as ações para tuberculose e hanseníase. Onze ficam na região metropolitana e registram a maioria dos casos. Entre 2015 e 2017, 373 unidades básicas de saúde foram alcançadas pelo Sanar. A Secretaria Estadual de Saúde divulgou que investiu R\$ 8 milhões na iniciativa e repassou mais de R\$ 4 milhões diretamente para os municípios, totalizando R\$ 12 milhões em recursos.

Somente as unidades básicas que têm casos da doença e alguma pessoa em tratamento é que recebem a atenção do Sanar. “Nosso questionário é aplicado para profissionais que sabem o que é o acompanhamento de pacientes de tuberculose. Uma unidade sem caso desconhece possíveis problemas e as dificuldades que o paciente pode enfrentar durante o tratamento”, observa Marília. A enfermeira salienta também que uma “unidade silenciosa”, onde não há registro de casos, é muito preocupante, devido aos indicadores altos da doença no estado. “No contexto epidemiológico local, é estranho que exista uma unidade sem casos. Se a equipe for para o território e buscar uma pessoa com tuberculose, acredito que vá encontrar”, assegura.

Marília contou que as equipes são motivadas a atuar em conjunto. “O médico também tem a função de registrar livro, fazer acompanhamento. Não é só o enfermeiro. E o agente comunitário de saúde é muito importante na busca no território. Precisamos que todo mundo esteja junto”, afirma. A agente Maria José Batista dos Santos participou da reunião em Abreu e Lima, quando relatou o acompanhamento de um caso em sua área de cobertura. “É de uma pessoa que veio de outro bairro e quando se mudou chegou à unidade.



No Recife, Fabiana, Vilma, Ariane e Mitiam seguem para a visita a Moisés: acompanhamento próximo faz diferença no tratamento de uma pessoa com tuberculose

EDUARDO DE OLIVEIRA

Eu monitoro a medicação, vejo se está tomando direitinho, faço os exames de acompanhamento e observo se o tratamento está evoluindo. É um tratamento cansativo”, classificou. Maria José disse recomendar que as equipes de saúde fiquem atentas. “Quando percebo um paciente com sintomas de tosse, febre, questão respiratória, oriento para que vá à unidade. E depois acompanho”.

RANKING NACIONAL

Informações do Ministério da Saúde, de 2016, mostram que Pernambuco ocupa o segundo lugar no ranking nacional em número de mortes causadas por tuberculose (4,5 mortes para 100 mil habitantes), o terceiro lugar em casos novos (49,6/100 mil habitantes) e o sexto em abandono. Entre as capitais, o Recife foi o município que apresentou o maior risco de morte pela doença (7,7/100 mil). A cidade também contabiliza a maior mortalidade entre os municípios do estado, com quase 95 casos para cada 100 mil habitantes. Sozinha, a capital concentra 35% dos casos em todo o estado. Por conta destes números, a secretaria municipal de Saúde implantou a metodologia de trabalho do Sanar no Recife, mas com foco em quatro doenças: tuberculose, hanseníase, filariose e geohelmintíases. Coordenadora do programa municipal, a enfermeira sanitária Ariane Bezerra reforça que o objetivo do programa é o trabalho com profissionais de saúde que cuidam dessas doenças. “É chegar e conversar. Explicar o que é a tuberculose, o que tem de ser feito, como é o acompanhamento. Além disso, apoiamos as políticas que trabalham com esses agravos. Estamos juntos nas campanhas, nas atividades de promoção, prevenção, vigilância, monitoramos os indicadores epidemiológicos. E um contexto de ações para enfrentamento desses agravos de forma prioritária”, acrescenta.

Para Ariane, é preciso que os profissionais da atenção básica percebam que a tuberculose faz parte do seu contexto de trabalho. “A tuberculose era tratada de forma centralizada por especialistas em centros especializados. Era da alçada da referência. Agora não mais”, comenta. Segundo ela, a estratégia de aproximação das unidades, apoio técnico e assessoramento é realizada há quatro anos e, em sua avaliação, “é cedo para medir o impacto em curto prazo”.

Contudo, Jair Brandão, coordenador da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, discorda. Para ele, os indicadores mostram que a tuberculose ainda continua negligenciada. “Na visão da sociedade civil, apesar de a tuberculose estar em um programa de doenças negligenciadas, isso não elevou seu lugar na saúde. Recife é uma das capitais com maior índice da doença e Pernambuco está com indicadores altos no coeficiente, na mortalidade e na incidência. Não acho que isso seja levado em conta”, afirmou, em conversa com a Radis. Para ele, é preciso que as UBS funcionem em localidades mais necessitadas. “Eu acho que tem muita gente capacitada, mas na ponta não conseguimos ver esse resultado. A capacitação é feita, mas o problema é ter ambientes de saúde favoráveis para que isso aconteça. É fazer com que a população tenha acesso ao serviço e informação disponível na sua linguagem”, opinou.

Ariane reconhece que o trabalho com a tuberculose é muito complexo. “Ele não envolve apenas o acesso a unidade de saúde da família ou à unidade terciária, pois é a condição de vulnerabilidade do usuário que faz com que ele abandone o tratamento. Infelizmente, ainda não conseguimos quebrar a cadeia de transmissão da doença”, diz. Mas a coordenadora observa que já é possível identificar impactos no processo de trabalho. “Quando implantamos o Sanar Recife, havia unidades sem nenhum trabalho de prevenção e promoção da tuberculose. Agora, seus profissionais vão ao território para fazer educação em saúde, busca ativa e mutirão de atendimento. Há, sim, uma mudança em curso. Por isso é que precisamos assessorar esse profissional e monitorar os casos junto às unidades”. 

SAIBA MAIS

Plano Nacional Contra a Tuberculose – Ministério da Saúde, 2017 - <https://goo.gl/pEsl6y>

Boletim epidemiológico de Tb 2017 - <https://goo.gl/vwZoXT>

Programa Sanar - <https://goo.gl/LRxoaz>

Na Radis

Edição 69, maio 2008 — <https://goo.gl/Yg113>

Edição 189, janeiro 2018 — <https://goo.gl/i9iukD>

O QUE HÁ DE N

As estratégias disponíveis para conter a doença e evitar a temida reurbanização

Elisa Batalha

A pesar de ser uma doença conhecida, prevenível por vacinação, as abordagens contra a febre amarela não evitaram um aumento de 50,8% no número de casos em 2018 em relação a 2017. Some-se a isso o risco confirmado de reurbanização da doença, que mobiliza ativistas e especialistas para a divulgação de informações confiáveis e a necessidade de convencer a população a se vacinar. Radis apresenta, a seguir, um guia atualizado sobre a febre amarela, a partir de orientações fornecidas por pesquisadores em oficina ministrada para jornalistas, no mês de março. Na pauta, os estudos sobre o novo medicamento, avaliações sobre a eficácia da vacina e a defesa da imunização — medida comprovada de prevenção do retorno da doença às cidades. 

EXPANSÃO GEOGRÁFICA

“O que está acontecendo é absolutamente previsível”, explicou Akira Homma, presidente do Conselho Político e Estratégico do Instituto de Tecnologia e Estratégico do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz). A curva epidemiológica da febre amarela silvestre, conforme explicou o pesquisador, tem alguns “anos silenciosos”, em que não ocorrem novos casos, e isso levou ao negligenciamento da vacinação. “Em 2017, durante o inverno, o ministro da Saúde ‘decretou’ o fim da epidemia, mas era apenas a diminuição sazonal do número de casos com a queda das temperaturas”, criticou o pesquisador. Ele lembra que está havendo ao longo dos anos uma expansão geográfica da doença em direção ao litoral do país, devido ao desequilíbrio do ecossistema, e a população mais suscetível é a de adultos, geralmente trabalhadores ou quaisquer pessoas que entrem nas florestas para desempenhar atividades durante o dia, uma vez que o mosquito é diurno. “Calor, chuvas, explosão da população de mosquitos migrando para o Sul e buscando primatas não humanos sensíveis é contexto em que essa expansão geográfica se dá”, explicou.

NOVO MEDICAMENTO

Das pessoas que se infectam com o vírus da febre amarela, a maior parte (até 80%) fica assintomática, ou apresenta sintomas leves que podem se confundir com uma gripe comum. No entanto, os pacientes que geralmente chegam aos hospitais são os casos graves, com o que o infectologista André Siqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) descreve como “sintomas trágicos”, com alto grau de mortalidade. Para tentar salvar a vida desses pacientes, um novo estudo vai avaliar o uso do medicamento sofosbuvir contra a febre amarela. Originalmente indicado para hepatite C, o protocolo do medicamento está sendo desenvolvido em um ensaio clínico em parceria com diversos hospitais do país. Estudos preliminares em laboratório demonstraram a eficácia do sofosbuvir contra o vírus em células de camundongo. “A droga foi escolhida para o estudo porque é a primeira já testada em modelos *in vivo*. Até agora fizemos uso *off-label* [fora da indicação original da bula] do medicamento em pacientes graves e a nossa observação é que a administração precoce tem resultados promissores”, explicou André, na oficina sobre o tema.

REURBANIZAÇÃO: COMO PREVENIR

Existe o risco real de reurbanização da febre amarela? Segundo estudo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em parceria com o Instituto Pasteur, na França, infelizmente, a resposta é sim. A pesquisa mostrou que diferentes espécies de mosquitos dos gêneros *Aedes*, *Haemagogus* e *Sabethes* são capazes de transmitir o vírus. “Os dados indicam que na hipótese de o vírus ser introduzido na área urbana do Rio de Janeiro por um mosquito infectado, existem múltiplas oportunidades para o início da transmissão local”, afirmou Ricardo Lourenço de Oliveira, chefe do Laboratório de Mosquitos Transmissores de Hematozoários do IOC. Para prevenir o chamado transbordamento da doença do ciclo silvestre para o urbano, o estudo, publicado na revista internacional “Scientific Reports” em julho de 2017, ressalta que é essencial que as pessoas que entrem em contato com as áreas de mata onde há circulação da forma silvestre sejam imunizadas. O *Aedes aegypti* não é um vetor altamente competente para a transmissão da febre amarela, diferentemente de outras doenças, como a dengue, zika e chikungunya. No entanto, a presença de muitos mosquitos em locais com alta densidade populacional — não vacinada — e a introdução de uma pessoa com alta viremia (um recém-chegado de viagem, por exemplo, com muitos vírus circulando no sangue, nos primeiros três a cinco dias após a infecção pelo vírus), é um quadro que pode favorecer a transmissão dentro das cidades.

OVO NO FRONT

FEBRE AMARELA EM NÚMEROS



300 pessoas já morreram em TODO O PAÍS de julho de 2017 até 14 de março de 2018, data da divulgação do boletim do Ministério da Saúde.

MINAS GERAIS continua sendo o estado mais afetado pela doença, com **415 casos e 130 mortos**.

SÃO PAULO ocupa o segundo lugar, com **376 casos e 120 óbitos**.

RIO DE JANEIRO teve **123 casos e 49 mortes**.

ESPÍRITO SANTO teve **cinco casos, sem vítimas fatais**

DISTRITO FEDERAL, um caso notificado (e uma morte).

Fonte: Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde 14/03

COBERTURA VACINAL BAIXA

Ainda em 2016, durante o surto de febre amarela no estado de Minas Gerais, que é endêmico para a doença, o percentual da população vacinada era de 40%. Esse número é considerado baixíssimo pelo epidemiologista Akira Homma. O percentual da população vacinada contra a febre amarela no estado do Rio de Janeiro até fevereiro de 2018 era de apenas 7%, e de São Paulo, 15%. "Há doses suficientes sendo distribuídas pelo SUS para toda a população e é absoluta a segurança da vacina. O que é necessária é uma estratégia de comunicação mais eficaz", afirmou Akira Homma. Em fevereiro, dois turistas chilenos morreram de febre amarela após visitar a Ilha Grande, distante 100 quilômetros da capital do Rio de Janeiro, fato que ele considera alarmante.

MACACOS SENTINELAS

A doença em seu ciclo silvestre não é erradicável, pois o vírus permanece nos mosquitos que vivem nas copas das árvores dentro das florestas, e nos macacos. Os animais, quando adoecem e morrem, dão o alerta de que o vírus está circulando e atingindo animais sem imunidade, em áreas de transição entre a zona rural e a urbana. Por isso os macacos são os chamados "sentinelas", já que alertam de que é hora de reforçar a vacinação de toda a população em torno de um caso de animal doente.

DOSES FRACIONADAS

A vacina (e a dose que vem sendo aplicada no SUS na campanha atual) é segura e eficaz, e deve ser tomada por todos que nunca foram vacinados, salvo algumas exceções como gestantes e imunodeprimidos. A vacinação de mulheres que estejam amamentando e pessoas maiores de 60 anos deve ser feita sob recomendação médica. "As pesquisas indicam que mesmo com a aplicação da dose reduzida em um quinto da dose padrão, a vacina produzida por Bio-Manguinhos sustenta a proteção similar por pelo menos oito anos a partir do momento da vacinação", reforçou Tatiana Noronha, médica e pesquisadora de Bio-Manguinhos. A vacina, que é do tipo de vírus atenuado, induz a produção de anticorpos em 95% das pessoas.

PUBLICAÇÕES

Corpo e política



Resultado de projeto realizado pela Casa da Arte de Educar (CAE), parceria entre os cursos de psicologia e de dança da UFRJ, o livro **A potência política do corpo — Expressão e transformação: arte e clínica com crianças e jovens na Mangueira** (Editora CRV), organizado por Mônica Botelho Alvim e Adriana Molas, reúne artigos que descrevem sob múltiplos planos a experiência na comunidade da Mangueira, que objetiva fortalecer o diálogo

entre a universidade e a sociedade e a formação de profissionais engajados na transformação social, a partir de questões relacionadas ao território e à construção de uma clínica da expressão e da transformação de si e do mundo com o outro.

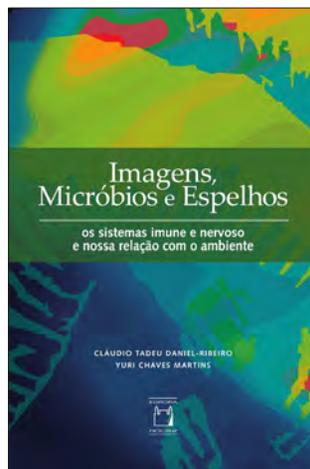
Trabalho escravo



A Câmara Criminal do Ministério Público Federal (MPF) lançou a coletânea de artigos **Escravidão contemporânea**, que apresentam pontos relevantes da história da evolução da legislação brasileira com relação ao trabalho escravo. A publicação inclui casos de trabalho escravo em fazendas no país, o trabalho obrigatório nas prisões norte-americanas e a exploração dos bolivianos nas confecções brasileiras. Debate também as políticas públicas de erradicação do

trabalho escravo no Brasil e o cadastro de empregadores que exploram o trabalho escravo na chamada “Lista Suja”. O livro está disponível gratuitamente em <https://goo.gl/8dH8AS>

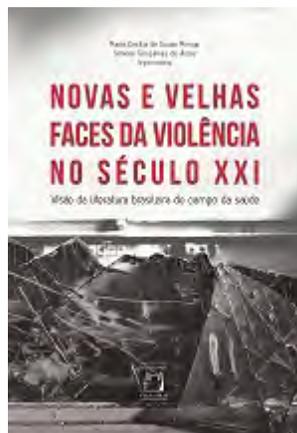
Ciência e interdisciplinaridade



Considerado um “livraço” pelo neurocientista Sidarta Ribeiro (UFRN), **Imagens, micróbios e espelhos — Os sistemas imune e nervoso e nossa relação com o ambiente** (Editora Fiocruz), de Cláudio Tadeu Daniel-Ribeiro e Yuri Chaves Martins, apresenta uma visão panorâmica das relações do corpo com o ambiente, a partir do olhar da imunologia. A obra trata os temas de forma interdisciplinar e dialógica, ancorada nos comentários de 13 especialistas convidados, com formações que vão da medicina e biologia

a filosofia e antropologia, e que se inserem na defesa política da racionalidade e do conhecimento científico.

Dossiê da violência



As organizadoras Cecília Minayo e Simone de Assis apresentam, em **Novas e velhas faces da violência no século XXI — Visão da literatura brasileira do campo da saúde** (Editora Fiocruz), uma extensa revisão bibliográfica de 2.477 textos, entre artigos, dissertações e teses, publicados entre 2001 e 2013, que tratam dos impactos da violência sobre a saúde. O tema é abordado a partir da perspectiva histórica, pelo olhar

das ciências sociais e humanas, assim como do ponto de vista dos reflexos na saúde individual e coletiva, incluindo mortes, lesões, traumas físicos e mentais e o impacto nos serviços e na qualidade de vida.

EVENTOS

5º Seminário de Estudos da Informação

Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), o evento tem como tema “Produção, tratamento, disseminação e uso de recursos informacionais heterogêneos: diálogos interdisciplinares” e propõe contribuir com discussões que possam apontar similaridades e especificidades nos processos teóricos e metodológicos que interligam os acervos de unidades de informação como arquivos, bibliotecas e museus.

Data 14 e 15 de junho de 2018

Local Niterói, RJ

Info <https://estudosdainformacao.wordpress.com/>

13º Congresso Internacional Rede Unida

Com o tema “Faz escuro, mas cantamos: redes em re-existência nos encontros das águas”, a Associação Brasileira Rede Unida (Rede Unida) promove mais um congresso, com o objetivo de reunir trabalhadores da saúde, usuários do SUS, pesquisadores, estudantes, professores, gestores e representantes de movimentos sociais, para refletir e dialogar sobre saúde, educação, arte e cultura, participação cidadã, gestão e trabalho em saúde na perspectiva do fortalecimento do SUS.

Data 30 de maio a 2 de junho

Local Manaus, AM

Info www.redeunida.org.br/pt-br/evento/5/

MARIELLE PRESENTE



O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada, junto a quem está fazendo para nos fortalecer naquele lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê.



Marielle Franco
(1979-2018)



VIDAS NEGRAS



TODAS E TODOS CONTRA O RACISMO

www.onu.org.br/vidasnegras

#VidasNegras



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



DÉCADA
INTERNACIONAL DE
AFRO
DESCENDENTES
2015-2024